



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 076

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE AGOSTO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 070ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE AGOSTO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duflío Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se ausente os Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Dr. Luciano Ducci. (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Boas vindas as pessoas do APP Sindicato, do SINDIJUS, a satisfação de recebê-los na Casa do Povo Paranaense. Esta Casa, quando estabelece os contatos e assume os compromissos, cumpre. Foi assim que sempre agimos em nossa administração, e é sempre assim que agiremos.

Assumimos que votaríamos hoje o Plano de Cargos e Salários do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e da Assembléia, e vamos honrar com esse compromisso. Estamos satisfeitos com a presença dos senhores, diretores e professores de todo setor educacional do nosso Estado.

Tenho a honra de anunciar a presença, entre nós, do ex-Governador Paulo Pimentel.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº CTL/CC 168/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 037/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 169/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 074/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 191/2004, de autoria do Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, comunicando o contido na Resolução nº 4367/2004, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que confirmou o alerta em razão da extrapolação de 95% do limite despesas com pessoal do Poder Executivo. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 957-52-MI, do Sr. Ciro Gomes, Ministro de Estado da Integração Nacional, comunicando que foi liberado em favor do Governo do Estado, a importância de R\$ 272.500,00 (duzentos e setenta e dois mil e quinhentos reais), referente ao Convênio que tem por objeto a modernização e ampliação dos sistemas produtivos locais nos municípios paranaenses da mesorregião Vale do Ribeiro/Guaraqueçaba. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 957-52-MI, do Sr. Ciro Gomes, Ministro de Estado da Integração Nacional, comunicando liberação em favor do Governo do Estado, a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), referente a Convênio que tem por objeto fortalecimento de pequenas agroindústrias na mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1416

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 300/2004, que autoriza o Poder Executivo a adquirir, por meio da COPEL ou subsidiária integral desta, o controle acionário da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão.

Sala das Sessões, em 30.08.2004

(aa) ANTONIO ANIBELLI

Apoioamento:

Ademir Bier

REQUERIMENTO Nº 1437

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, com base no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a transformação da Sessão Ordinária de 30.08.2004 em Comissão Geral, para votação do Projeto de Lei nº 300/2004 (autoriza a aquisição, pela COPEL ou subsidiária integral desta, do controle acionário da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão).

(aa) NATÁLIO STICA

Apoiamento:

Luiz Accorsi, Nereu Moura, Cida Borghetti, Francisco Bühner, Padre Paulo Campos, Delegado Braddock, Rafael Greca, Luiz Nishimori, Antonio Anibelli, Ademir Bier, Elza Correia, Pedro Ivo Ilkiv, Dobrandino da Silva, Arlete Caramês, Alexandre Curi, Renato Gaúcho e Nelsinho Dal Santos.

REQUERIMENTO Nº 1448

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1443

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Hélio Duarte Dias, ocorrido dia 25 de agosto de 2004 em Nova Esperança.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 84 anos de idade, faleceu na cidade de Nova Esperança, o ex-Deputado Helio Duarte Dias, que era viúvo e deixou 04 (quatro) filhos e 10 (dez) netos.

Hélio Duarte Dias, nasceu em São José de Ubá, Estado do Rio de Janeiro, a 12 de novembro de 1919. Era filho de Antônio Correa Dias e Maria Duarte Dias.

Hélio Duarte Dias, antes de entrar na vida política, foi odontólogo. Como político, foi Vereador da Câmara Municipal de Mandaguari e Prefeito Municipal da mesma cidade. Assumiu, como suplente uma cadeira na Assembleia Legislativa em substituição ao Deputado João Neves - de 18 de maio de 1959 a 21 de novembro de 1959.

Em 22 de novembro de 1959, efetivou-se como Deputado Estadual na vaga deixada pelo Deputado

Eurico Batista Rosas, ocupando então vários cargos eletivos na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Em 1960, foi membro da Comissão de Constituição e Justiça e Presidente da Comissão de Redação. Em 1962, foi Presidente da Comissão de Redação, Vice-Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações. O ex-Deputado Hélio Duarte Dias, era funcionário inativo do Poder Legislativo.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este Parlamentar, inclusive meu pai Antonio Anibelli. Tombou mais um lutador. A morte no seu perambular incessante não respeita nem fracos nem fortes. Por isso, caiu o prezado amigo Hélio. Leva consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever. Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa, pois, valente lutador.

Permanecemos, porém, fiéis à sua memória e os seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente. Rogamos ao Pai Celeste, que nossos amigos familiares de Hélio Duarte Dias, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento difícil.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Duarte Dias, endereçamos a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Ernesto Mezzomo, ocorrido no dia 11, do corrente mês, na cidade de Quedas do Iguaçu/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de seu filho, o Sr. Waldir Mezzomo, residente à Rua Marfim, 859, Caixa Postal, 30, CEP 85.460-000 - Quedas do Iguaçu/PR.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Ernesto Mezzomo, nasceu em 11 de junho de 1919, na cidade de Nova Prata/RS.

Em 1959, transferiu-se para a cidade de Quedas do Iguaçu, para trabalhar na agricultura.

Mais tarde, passou a desenvolver atividades no setor madeireiro, sempre preocupado com a preservação ambiental, incentivando o replantio de árvores, buscando devolver ao futuro a riqueza que desfrutamos no presente.

Suas atividades contribuíram significativamente para o desenvolvimento e progresso do Município. Seu

passamento causou consternação à população de Quedas do Iguaçu, onde conquistou grande respeito e amizade.

Através deste requerimento, nos associamos à tristeza dos familiares, manifestando nossa solidariedade, ao tempo em que prestamos nosso respeito póstumo ao falecido.

REQUERIMENTO Nº 1434

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de congratulações ao pastor Pio Francisco de Carvalho pela comemoração dos 10 anos de fundação da Comunhão Cristã ABBA de Curitiba.

Requer ainda, seja dado ciência, através de correspondência a ser encaminhada à Rua João Bettga, 736 - Portão - CEP: 81.070-000 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1452

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à APAE de Prudentópolis pela realização da Semana do Excepcional e XIII Jogos Recreativos das APAEs da Microrregião, ocorrida entre os dias 21 e 28 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Dirceu Schneider, Presidente da APAE, através de correspondência a ser encaminhada à Rua João Szatkowski Sobrinho, s/n - Bairro Ronda - Caixa Postal nº 052 - CEP: 84.400-000 - Prudentópolis/PR.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) NELSINHO DAL SANTOS

REQUERIMENTO Nº 1453

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao jornal Correio Metropolitano de Curitiba pela inauguração do novo parque gráfico.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Ayrton Ferreira Précoma, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Bartolomeu Lourenço, 1.461 - Vila Hauer, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) NELSINHO DAL SANTOS

REQUERIMENTO Nº 1454

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à Associação

Paranaense dos Avicultores, pela passagem do Dia da Avicultura, comemorado no dia 28 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Cláudio Cesar Casagrande, Presidente da Associação, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Marechal Deodoro, 252 - conjunto 601 - CEP: 80.010-010 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) NELSINHO DAL SANTOS

REQUERIMENTO Nº 1455

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sindicato dos Bancários do Paraná, pela passagem do Dia do Bancário comemorado no dia 28 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência à Sra. Marisa Stédile, Presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Vicente Machado, 18 - CEP: 80.420-010 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) NELSINHO DAL SANTOS

REQUERIMENTO Nº 1456

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado do Paraná, pela passagem do Dia do Corretor de Imóveis, comemorado no dia 27 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Daniel Fuzetto, Presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Marechal Deodoro, 497 - conjunto 08 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) NELSINHO DAL SANTOS

REQUERIMENTO Nº 1457

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Conselho Regional de Psicologia, pela passagem do Dia do Psicólogo, comemorado no dia 27 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Dionísio Banaszewski, Presidente do Conselho, através de correspondência a ser encaminhada, à Avenida São José, 699 - CEP: 80.050-350 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) NELSINHO DAL SANTOS

REQUERIMENTO Nº 1421

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Sebastião Bueno Xavier, pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1436

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor em homenagem aos 60 anos da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Requer ainda, que seja dada ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1464

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor em homenagem à atleta Natália Falavigna, que obteve o quarto lugar na modalidade Tae-kwon- do nas Olimpíadas 2004.

Requer ainda, que seja dada ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1446

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e REQUERER voto de aplauso ao Sr. Vanderlei Cordeiro de Lima pela incontestável e louvável atuação nas Olimpíadas de Atenas, agindo sempre com muita humildade e determinação.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

A brilhante forma de atuação do Ilmo. Sr. Vanderlei Cordeiro de Lima nas Olimpíadas de Atenas, demonstra que o mesmo é paranaense humilde e muito determinado, não deixou que um episódio lamentável o tirasse da prova de maratona. Ademais, demonstrou grande humildade nos agradecimentos feitos no momento do recebimento da medalha de bronze, que poderia ter sido de ouro.

REQUERIMENTO Nº 1417

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Leôncio Vieira

de Rezende Neto - Diretor de Relações Institucionais da BrasilTelecom, no sentido de autorizar com a máxima urgência a instalação de telefones públicos na localidade de Faxinal do Santinho I, no Município de Turvo.

Tal solicitação, prende-se ao fato de os moradores desta região não disponibilizarem deste serviço de comunicação. Informando ainda, que são aproximadamente 60 famílias e demais comunidades vizinhas que seriam beneficiadas.

Requer ainda, que se dê ciência à Sra. Vereadora Divaci Antunes Brollese, através de correspondência à Câmara Municipal, à Rua João Ferreira Neves, 405 - CEP 85.150-000 - Turvo/PR.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

REQUERIMENTO Nº 1419

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Leôncio Vieira de Rezende Neto - Diretor de Relações Institucionais da BrasilTelecom, no sentido de autorizar com a máxima urgência a instalação de telefones públicos na localidade de Boa Vista, no Município de Turvo.

Tal solicitação, conforme abaixo-assinado em anexo com mais de 130 assinaturas, prende-se ao fato de os moradores desta região não disponibilizarem deste serviço de comunicação. Informando ainda, que o telefone mais próximo está localizado a aproximadamente três quilômetros dificultando sobremaneira a esta.

Requer ainda, que se dê ciência à Sra. Vereadora Divaci Antunes Brollese, através de correspondência à Câmara Municipal, à Rua João Ferreira Neves, 405 - CEP 85.150-000 - Turvo/PR.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

REQUERIMENTO Nº 1424

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Diretor-Geral do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, pedindo a recapagem de massa em toda extensão da Rodovia João Alves da Rocha Loures, Londrina-PR, pois a mesma está em condições bastante precárias, colocando em risco a vida dos motoristas que ali trafegam.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1449

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador

do Estado, Roberto Requião, bem como aos Secretários de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, e de Justiça, Aldo Parzianello, solicitando dos mesmos providências urgentes no sentido da recuperação da Cadeia Pública de Maringá.

Conforme correspondência recebida da Exma. Sra. Juíza de Direito da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios de Maringá, a Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Maringá protocolou naquele Juízo o pedido de Interdição do referido prédio público, em razão das precárias condições do local.

O Ministério Público ao falar nesse feito também cobra providências do Poder Público, bem como a interferência dos Deputados Estaduais para a solução do problema, posto que inviável a presença de presos em condições insalubres e em razão da superlotação.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1450

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor aos jogadores Ricardo Bermudez Garcia e Gilberto Amauri de Godoy Filho, do Time de Vôlei Masculino que conquistou a Medalha de Ouro nas Olimpíadas de Atenas, na Grécia, ao Maratonista Vanderlei Cordeiro de Lima, Medalha de bronze, e aos atletas do Handebol Masculino, Jair Henrique Alves Júnior, Renato Tupã Ruy, Alexandre Vasconcelos e o Auxiliar Técnico Professor Valmir Augusto Fassina, ex-goleiro da Seleção Brasileira de Handebol e Medalhista Panamericano.

Requer outrossim seja expedido Diploma de Honra ao Mérito a esses atletas que dignificam suas profissões.

Apesar da falta de apoio do Estado para o esporte, a excelência de alguns abnegados faz com que os brasileiros confiem ainda mais nas possibilidades do nosso povo.

Diante de potências esportivas, onde o esporte é cultivado desde tenra idade, o Brasil realiza o sonho da Medalha de Ouro, almejada por todos os atletas que não medem sacrifícios para participar dessa competição.

Esta Assembléia Legislativa oferece justa e singela homenagem a esses bravos brasileiros.

Nos anos 90, Giba e Ricardinho jogaram pela Associação COCAMAR, representando a Cidade de Maringá na Liga Nacional de Voleibol, sendo que a Associação contava com o apoio da Prefeitura e com a lei de Incentivo ao Esporte. Além deles, jogaram em Maringá os atletas Paulão, medalhista Olímpico e Douglas, da Seleção Brasileira de Vôlei.

Vanderlei, ex-bóia fria, natural de Cruzeiro do Oeste, chegou em Maringá em 1980. Ainda juvenil, foi descoberto pelo Professor Antonio Manoel Mendonça Martins, em corrida de rua na cidade de Cruzeiro do Oeste.

Vanderlei representou Maringá nos Jogos Abertos do Paraná e em campeonatos estaduais promovidos pela Federação de Atletismo do Paraná. Em razão dos resultados alcançados, participou do campeonato brasileiro Gross Country e outros campeonatos brasileiros.

Em 1984, Vanderlei mudou-se para São Paulo e passou a atuar em grandes clubes paulistas. Hoje é um dos atletas brasileiros de maior destaque.

Antes de viajar para Atenas, o atleta Vanderlei voltou a morar em Maringá e esteve no gabinete da Deputada signatária, falando de sua vida e do seu amor pela cidade.

Os atletas do Handebol participaram da Escolinha de Handebol do Clube Olímpico de Maringá, beneficiando-se da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 2537/89), criada na administração do ex-Prefeito Ricardo Barros.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1459

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que sejam tomadas providências urgentes em relação ao Pedido de Interdição da 9ª Subdivisão Policial de Maringá, conforme pedido encaminhado pela Vara de Execuções Penais da Comarca.

Requer, ainda, seja determinada a imediata transferência dos internos ali detidos, bem como, seja determinada a imediata construção de locais adequados para a custódia de presos provisórios na referida Comarca.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A Ordem dos Advogados de Maringá protocolou sob o nº 28/04, junto à Vara de Execuções Penais da Comarca, Pedido de Interdição da 9ª Subdivisão Policial de Maringá, o qual foi encaminhado pelo Juízo da Comarca ao Governador do Estado.

O pedido de interdição se deu em razão de que a função de toda cadeia consiste em abrigar presos provisórios antes do julgamento final dos processos. Todavia, tal função não vem sendo cumprida na Cadeia Pública de Maringá, eis que o estabelecimento prisional vem assumindo funções de verdadeira penitenciária, abrigando presos com sentença já transitada em julgado, sem previsão de remoção para um local adequado.

Consoante à legislação correlata, os presos têm direito ao cumprimento da pena em estabelecimento penal adequado que propicie reeducação e reinserção ao convívio social.

Entretanto, a Cadeia Pública de Maringá abriga cerca de duas e meia a capacidade de detentos para a qual foi construída, sem condições adequadas de permanência dos presos.

Razão pela qual requeremos a adoção de providências cabíveis para a imediata construção de locais adequados, tanto para a custódia de presos provisórios da Comarca de Maringá, quanto para que seja propiciada a devida aplicação da execução penal em condições condizentes com o ordenamento jurídico brasileiro.

REQUERIMENTO Nº 1460

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, solicitando que sejam tomadas providências urgentes em relação ao Pedido de Interdição da 9ª Subdivisão Policial de Maringá, conforme pedido encaminhado pela Vara de Execuções Penais da Comarca.

Requer, ainda, seja determinada a imediata transferência dos internos ali detidos, bem como, seja determinada a imediata construção de locais adequados para a custódia de presos provisórios na referida Comarca.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A Ordem dos Advogados de Maringá protocolou sob o nº 28/04, junto à Vara de Execuções Penais da Comarca, Pedido de Interdição da 9ª Subdivisão Policial de Maringá, o qual foi encaminhado pelo juízo da Comarca ao Governador do Estado.

O pedido de interdição se deu em razão de que a função de toda cadeia consiste em abrigar presos provisórios antes do julgamento final dos processos. Todavia, tal função não vem sendo cumprida na Cadeia Pública de Maringá, eis que o estabelecimento prisional vem assumindo funções de verdadeira penitenciária, abrigando presos com sentença já transitada em julgado, sem previsão de remoção para um local adequado.

Consoante a legislação correlata, os presos têm direito ao cumprimento da pena em estabelecimento penal adequado que propicie reeducação e reinserção ao convívio social.

Entretanto, a Cadeia Pública de Maringá abriga cerca de duas e meia a capacidade de detentos para a qual foi construída, sem condições adequadas de permanência dos presos.

Razão pela qual requeremos a adoção de providências cabíveis para a imediata construção de locais adequados, tanto para a custódia de presos provisórios da Comarca de Maringá, quanto para que seja propiciada a devida aplicação da execução penal em condições condizentes com o ordenamento jurídico brasileiro.

REQUERIMENTO Nº 1428

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao

Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de atender o pedido do Sr. Josias Tomas Villas Boas, que solicita, com a maior brevidade possível, a pavimentação da estrada do Cerne/PR-090, devido apresentar péssimas condições de tráfego.

O Sr. Josias é proprietário de uma chácara localizada na localidade denominada "Cargos", no Município de Campo Largo, e enfrenta enorme dificuldade quanto ao acesso por essa estrada, necessitando de um trator para levá-lo ao local. Não só ele, mas muitas outras pessoas sofrem bastante com o problema, motivo pelo qual pede que seu pedido seja atendido o mais breve possível. Toda a comunidade será beneficiada com as melhorias da estrada.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato como o requerente pelo telefone 373-8375.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1429

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido do Sr. Reinaldo Domingues da Silva, residente à Rua Ovídio Garcez, nº 10 - Bairro Cachoeira (ao lado do Hospital Psiquiátrico Nossa Sra. da Glória), que pede a implantação de iluminação pública nessa rua. O local fica às escuras à noite e muito perigoso.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato como o requerente pelo telefone 585-2323.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1431

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido do Sr. Samuel Ferreira, residente à Rua Helena Bachmann Muhlmann, nº 151 - Bairro Irene Margarida - Município de Pinhais, que pede a extensão de rede de iluminação pública na rua em que reside e na Rua Luiz Vasselai. São somente 03 (três) postes necessários e que contemplarão 11 (onze) famílias que ainda não dispõem desse benefício.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato como o requerente pelos telefones 3026-3300 e 665-8313.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1490

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Sueli Baggio, residente à Rua Antonio Costa nº 02 - Bairro Vista Alegre, que pede a implantação da sede coletora de esgotos na rua em que reside. Há dois anos que ela vem fazendo tal pedido e infelizmente não foi atendida. Nem mesmo uma resposta recebeu, motivo pelo qual pede melhor atenção a essa reivindicação.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 335-6752.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1415

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, solicitar informações ao Departamento de Estradas Rodagens - DER, a respeito da engenharia de tráfego no Município de Almirante Tamandaré, Região Metropolitana de Curitiba.

Em nome da comunidade do bairro "Jardim Monterrey", gostaria de saber sobre a viabilidade de um acesso do Contorno Norte ao bairro em questão, para que possamos dar uma resposta à comunidade que deseja esse acesso.

Aproveitando ainda esta oportunidade, desejamos as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) MARCOS ISFER

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 321/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Ação Social Ramo da Acácia, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Ação Social Ramo da Acácia é uma entidade civil e filantrópica, sem fins lucrativos, destinada a promover ações humanitárias em benefício de instituições de

caridade devidamente regulamentadas. Foi declarada de Utilidade Pública Municipal em fevereiro de 2004, no Município de Ponta Grossa.

Considerando a finalidade maior da entidade em buscar, na comunidade, recursos para sustentar o fornecimento mensal de gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza às instituições de caridade, o trabalho desenvolvido no ano de 2003, avançou na realização de almoços com renda destinada às entidades beneficiadas, ficando o custo como ônus do organizador.

A entidade a ser declara de Utilidade Pública tem por objetivo assegurar a continuidade do trabalho desenvolvido e ampliá-lo no número de instituições assistidas. Face ao relato, e por conhecermos o excelente trabalho desenvolvido pela referida instituição, esperamos o apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa para aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 322/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Amor e Perseverança, com sede e foro no Município de Comarca de Medianeira, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Honrosamente submeto à apreciação de V. Exas. o projeto de lei que objetiva declarar de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Amor e Perseverança, com sede e foro no Município e Comarca de Medianeira, neste Estado. A sociedade, sem fins lucrativos, tem como finalidades: a dedicação ao estudo, a prática e a divulgação da doutrina espírita com filosofia, ciência e religião, consoante os princípios codificados por Allan Kardec; a prática da caridade, sem quaisquer preconceitos; e, a obediência ao programa estabelecido pelo órgão federativo estadual ao qual está filiada.

Considerando os objetivos dessa Associação na tutela e na propagação da filantropia e a prática da caridade sem preconceitos, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e aprovação à presente proposição de lei.

PROJETO DE LEI Nº 323/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Legislativo a outorgar Título de Cidadania Honorária ao Sr. Cláudio Pinga Fogo de Oliveira, o Pinga Fogo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como objetivo outorgar Título de Cidadania Benemérita ao Sr. Benedito Cláudio Pinga Fogo de Oliveira, conhecido por Pinga Fogo, pelo seu grandioso trabalho realizado junto ao povo do Paraná, comprovado pelo seu currículo de trabalhos que prestou e presta aos que necessitam.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 324/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a redação do § 1º do artigo 1º da Lei nº 14.470/2004, de 27 de julho de 2004, que autoriza o pagamento do Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer Bens ou direitos, criando pela Lei nº 8.927, de 28.12.1988, alterada pela Lei nº 10.064, de 17.07.1992, (com precatórios de natureza alimentícia), que passará a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º - Ficam habilitados a serem beneficiados pelo disposto no *caput* deste artigo, portadores de precatórios ou com sessão de direitos de precatórios de natureza alimentícia decorrente de salários, vencimentos, proventos, honorários advocatícios, pensões e suas compensações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo alterar a Lei nº 14.470/2004, de 27 de julho de 2004, que proporciona ao portador titular de precatório de natureza alimentícia a possibilidade de pagar, com os mesmos, o Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e doação de Quaisquer Bens ou Direitos, criado pela Lei nº 8.927, de 28 de Dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 10.064, de 17 de julho de 1992, para que a Lei passe a beneficiar também, portadores de precatório alimentício, por meio de cessão de direitos dos mesmos.

Sabemos que inúmeros detentores de precatórios de natureza alimentícios encontram-se com enormes dificuldades de receberem os referidos créditos. Encontramos nesta proposição uma possibilidade de o titular do precatório ser ressarcido de alguma forma, inclusive, sendo passado por meio de cessão de direitos, como o Decreto nº 5154/2001, que regulamenta o aproveitamento

dos precatórios. Logo em seu artigo 1º ressalta que “os pedidos para as compensações de precatórios próprios ou objetos de cessão, com créditos tributários ou não tributários do Estado do Paraná inscritos em dívida ativa (...)”.

Existem credores de precatórios de natureza alimentícia que não têm condições de ficar aguardando os extensos prazos para receber os proventos a que têm direito. Assim, poderão utilizar seus direitos para quitar pagamentos de tributos. Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 325/2004.

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder à reversão da doação, ao patrimônio do Município de Marechal Cândido Rondon, da doação dos imóveis urbanos nº 12, 13, parte dos números 11, 17 e 18 e parte do nº 16, da quadra nº 281, localizados no loteamento “O Espigão”, da sede municipal com área total de 3.000,00 m² (três mil metros quadrados) com todas as benfeitorias existentes atualmente.

Parágrafo Único - Os mencionados lotes, foram doados para a Fundação Educacional do Estado do Paraná FUNDEPAR, pela Lei Municipal nº 1.244/77, de 07 de maio de 1977.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(aa) ADEMIR BIER

ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora apresentamos tem o objetivo de viabilizar a revogação da doação ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, FUNDEPAR dos lotes urbanos constantes do artigo 1º doados pela Lei Municipal nº 1.244/77, de 07 de maio de 1977, reversão esta com todas as benfeitorias existentes atualmente.

Tal solicitação fundamenta-se no fato de que a FUNDEPAR abandonou todos os imóveis, conforme consta da documentação anexa, ficando ociosa toda a estrutura existente.

A Prefeitura Municipal está pleiteando a reversão de todos os lotes, como das instalações físicas, para atender à demanda de cursos de graduação e pós-graduação.

Esperamos a aprovação deste projeto de lei pelos eminentes colegas.

PROJETO DE LEI Nº 326/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição “Marlene Venâncio”, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar a Instituição “Marlene Venâncio”, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do Município de São José dos Pinhais, promovendo e contribuindo para a formação e desenvolvimento da vida comunitária.

As principais ações da Instituição são a promoção da assistência social, da educação e saúde, desenvolvimento econômico e social, bem como o combate às drogas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 327/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído no Estado do Paraná o Programa de Rastreamento do Câncer Colo-Retal, na Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º - O Sistema Único de Saúde efetuará o rastreamento dos casos de câncer colo-retal na população a partir dos 40 anos de idade para indivíduos com histórico familiar e a partir dos 50 anos para pessoas sem histórico familiar.

Parágrafo Único - Serão promovidas campanhas de conscientização sobre a importância do exame preventivo, em parceria com instituições de ensino superior.

Art. 3º - Para fazer face às despesas decorrentes do início da execução desta lei, fica o Chefe do Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Especial, utilizando-se como recursos uma das fontes constantes nos incisos do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 5º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

No Brasil são diagnosticados 20.000 novos casos/ano de câncer colo-retal e 8000 indivíduos morrem dessa doença silenciosa.

O câncer colo-retal é o terceiro tumor mais diagnosticado na Região Sudeste e o quinto no Brasil. No Paraná não há estatística sobre a doença, mas o diagnóstico tardio é comum, inviabilizando o tratamento eficaz, interferindo na qualidade de vida, com disfunções na esfera sexual, urinária e da continência fecal - colostomia ou “bolsa na barriga”.

Na Alemanha e na Austrália, os Governos instituíram o rastreamento, ou seja, a partir dos 40 anos, o sistema de saúde examina toda a população, realizando programa preventivo. Com essa iniciativa, 90% dos casos são curados, gerando índices elevados de qualidade de vida e redução dos custos do sistema de saúde, sem “bolsa na barriga”.

O exame a ser realizado em toda a população dos 40 ou dos 50 anos, dependendo do caso, é a colonoscopia, cuja observação sobre a existência do pólip, origem do câncer, ocorre no exame e a retirada do pólip encontrado previne o câncer colo-retal.

Diante do exposto, a implantação do rastreamento no Estado do Paraná é fundamental, como medida profilática.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero comunicar à Mesa, bem como as Srs. Deputados que o Paulo Pimentel entregou-me em mãos o relatório da auditoria da COPEL, com dois relatórios da Kroll, sendo que o primeiro foi recebido e ambos sem assinatura. O primeiro, numa primeira avaliação, como um relatório não satisfatório. Foi pedido um segundo relatório, que também está anexado aqui. E depois uma auditoria feita pela COPEL em cima dos dois relatórios da Kroll. Este relatório foi entregue à Procuradoria da Justiça Federal para análise. Nós vamos, neste momento, pedir para que uma pessoa da Casa faça três cópias. Vou deixar uma com a Mesa, uma com o Deputado Tadeu Veneri, que fez a solicitação do relatório e a outra com o Líder da Oposição, Deputado Durval Amaral.

Peço, então, paciência, porque talvez em uma hora ou uma hora e meia devem estar prontas as três cópias. Era este o informe que eu queria fazer, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Gostaria de solicitar ao Líder do Governo, também falando em nome do Bloco Independente, uma cópia, para que nós, Deputados possamos também analisar estes relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Estará à disposição de V. Exa.

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, profissionais da Educação, representantes do SINDIJUS e demais participantes desta nossa Sessão de hoje.

Gostaria, primeiramente, de agradecer a oportunidade que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná nos deu, de representá-la no seminário de discussão da educação infantil, realizado no dia 25, 26 e 27, em Porto Alegre, onde se reuniram os três Estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Um seminário de grande importância para o setor de educação, principalmente para o setor de educação infantil.

Quero dizer que o Governo Federal tem-se mostrado um Governo democrático, permitindo a participação das entidades dos profissionais da área para discutir assuntos importantes.

Recentemente tivemos a conferência nacional sobre a questão do meio ambiente, onde foi amplamente discutido. E, agora, a discussão referente ao FUNDEB, aonde o FUNDEP, após trazer grandes benefícios para a educação está sofrendo uma reformulação e a discussão em torno do FUNDEB, o financiamento para a educação, na qual tende a incluir a educação infantil. Na verdade, a educação em nosso País iniciou às avessas. Iniciou com a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil, se preocupando com o nível superior para os filhos da Corte. E aí foi-se resolvendo de trás para frente. Com a Constituição de 88, o ensino fundamental. E hoje, ainda, a educação infantil, de zero a seis anos, ainda é relegada a um terceiro plano. É relegada às creches comunitárias, enfim, um trabalho da comunidade e poucos recursos se tem para a educação infantil.

Então, com a discussão do FUNDEB, a idéia principal discutida neste seminário, além do financiamento, foram os padrões de infra-estrutura para as indicações de educação infantil, parâmetros de qualidade da educação infantil e políticas Nacionais de educação infantil pelos direitos da criança de 0 a 6 anos.

A maioria da população não tem uma noção clara da importância que é a educação, ainda se pensa muito da idéia antiga do cuidar da assistência social, mas poucos são aqueles que têm o conhecimento da importância que é essa fase da vida aonde se forma o caráter e a personalidade das pessoas, depois você aprimora isso ao longo do tempo.

E a principal discussão foi levantada pelos Secretários dos Municípios desses três Estados quanto aos recursos para bancar a educação infantil, tendo em vista que hoje não pode ser utilizado recurso do FUNDEF, e que não adianta também dividir apenas o FUNDEF com mais a educação infantil; o que precisa ter são recursos novos para a educação. E nesse sentido foi uma discussão muito calorosa, aonde se colocou a necessidade das contribuições sociais, que já no Governo passado, Governo Fernando Henrique Cardoso, aumentaram, e muito, mas que esse bolo de recurso fica apenas para esfera Federal e não é distribuído com os Municípios,

nem no fundo de participação de Estado, nem no Fundo de participação do Município, e o que prejudica então o investimento é se não tiver um bolo de recursos que envolva todos os recursos municipais, estaduais e federais, e que se tire um percentual desse bolo de recursos por uma mesma cesta, e se distribua então, daí desse percentual se tire o percentual para a educação, e aí sim pensar em envolver a educação infantil porque teríamos recursos novos para o FUNDEF.

Também hoje de manhã estivemos participando de um encontro estadual de educação infantil. Quero também ressaltar o trabalho do Governo do Estado em se preocupar com a educação infantil a nível de Estado. Foi a primeira conferência, seminário aliás, estadual de educação infantil, chamando todos os núcleos de educação, profissionais da área, celebridades da área pedagógica da educação; e hoje tivemos então na parte da manhã, a tarde, e ainda amanhã durante o dia todo várias palestras sobre esse tema importante sobre a questão da educação infantil.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A seguir, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes.

Uso essa tribuna no dia de hoje Sr. Presidente porque nós tivemos a Sessão da CCJ agora na parte da tarde, às 13h00, e fizemos os pareceres de três projetos que vão ser votados na sequência, e que diz respeito ao Tribunal de Contas, aos funcionários desta Casa e ao Judiciário, e os três têm parecer favorável, até porque os funcionários desta Casa durante muitos anos solicitaram, e o senhor sabe disso, que esse projeto fosse aprovado aqui, e acredito que será feito isso na tarde de hoje.

Além disso, Sr. Presidente, hoje nós devolvemos, por um acordo feito entre a Secretaria de Administração, o Secretário Caio Quintana, o Fórum dos servidores municipais, Tribunal de Contas e Ministério Público, nos devolvemos ao Governo a Mensagem 18, Projeto 288, que tratava da contratação de funcionários em regime especial, sem necessariamente pelo concurso público. Isso foi feito em função de uma série de tentativas Sr. Presidente, e que certamente resultará num projeto melhor e que nós teremos oportunidade de votá-lo em breve, até porque diz respeito aos professores que estão aqui também, diz respeito aos demais segmentos, professor Lemos que irá usar essa Tribuna, demais segmentos das diversas categorias do Estado.

E o último assunto que me traz a essa Tribuna, não poderia deixar de ser, falei hoje na CCJ o relatório que será entregue agora ainda nesta Sessão com relação aquilo que a Kroll, a empresa que fez, a pedido do Governo do Estado, a investigação nas ações promovidas

quando da transferência de recursos da Fundação COPEL para o Banco Panamericano e para o Banco Santos.

Coloquei, hoje, para o Deputado Natálio Stica, Sr. Presidente, que deveremos votar, não sei se no dia de hoje ou de amanhã, a compra de parte de duas empresas que compõe o consórcio ELEJOR pelo Governo do Estado. O que desejo saber é se a Fundação COPEL também teve participação nas operações com a Paineira e com a Triunfo. Falo isso por que apesar de ter insistido durante pelo menos oito meses esperando que esse relatório chegasse até nós, esse relatório só chegou no dia de hoje e nós votaremos a ELEJOR no dia de amanhã.

Eu, pessoalmente, Sr. Presidente e Deputado Natálio Stica, a quem eu prezo muito e admiro pela sua competência, acredito que essa é, no meu entendimento, uma derrota para nós todos que buscamos fazer a fiscalização a seu tempo. Embora o relatório chegue, embora o relatório seja extenso, ele não poderia ter ficado por mais de quatro meses para ser entregue. Parece-me que fica muito difícil fazer a fiscalização, como é inclusive a intenção do Sr. Governador, dito desta Tribuna, quando os pedidos de informação são postergados e levam seis meses para serem entregues.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, recebo o relatório hoje, conforme o Deputado Natálio Stica já nos informa, farei com toda dedicação, até por que é minha obrigação, um estudo pormenorizado das ações ali apontadas e aguardarei que a seu tempo nós possamos ter o devido esclarecimento. Mais uma vez falo, não com sentimento de absolutamente criar constrangimentos para quem quer que seja, mas aqueles Deputados que conhecem um pouco da minha história e da minha ação sabem que durante oito anos na Câmara de Vereadores fui extremamente incisivo em construir justamente uma história em cima disso. Lamento, porque apesar de receber esse relatório, hoje, sinto que fomos derrotados no processo de solicitar informações, porque não posso aguardar durante oito, dez, doze meses um pedido de informações para que quando ele chegue, eu tenha duas ou três horas para analisar mais de quinhentas páginas, dar um parecer e posteriormente votar.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, companheiros e companheiras aqui presentes, representantes do SINDIJUS, professores e membro da APP Sindicato.

É uma alegria muito grande poder votar, hoje, o Projeto 254. Desde já, quero dizer que podem contar com o nosso apoio para sua aprovação. Sabemos bem que é uma grande reivindicação do pessoal do SINDIJUS e

estaremos, com toda certeza, votando favoravelmente. É uma grande conquista.

Ao mesmo tempo, estamos felizes, também, Sr. Presidente, até parabenizo V. Exa. e à Mesa porque cumpriram, realmente, com a promessa que haviam feito nesta Casa de votarmos o Plano de Carreira do Tribunal de Contas, o Projeto 254 do SINDIJUS e também o Plano de Carreiras desta Casa.

Por muitas vezes, usamos desta Tribuna cobrando que esse Plano de Cargos e Salários da Assembléia Legislativa também fosse aprovado e, hoje, ele chega nesta Casa. Então, ficamos felizes porque os servidores da Assembléia Legislativa merecem que esse Projeto seja aprovado, merecem também ter um Plano de Carreiras e isso é importante.

Portanto, vamos continuar sempre juntos, lutando junto com os nossos funcionários da Casa e sabemos da alegria que eles estão hoje, por verem esse projeto também sendo colocado em votação.

E quero saudar aqui de uma maneira especial a APP Sindicato, aos nossos Professores, nossos educadores que aqui estão. Sabemos que este é um dia especial para nossa educação, um dia marcado pelo luto, mas pela luta. Uma luta que já trouxe muitas conquistas e podem ter certeza que muitas ainda estão por vir e estamos somando com vocês em nosso dia-a-dia, naquilo que nos compete aqui nesta Casa. E temos um projeto aqui que é importante, que é o projeto ser aprovado na CCJ, já que ele passou aqui em 1ª votação e como recebeu emendas, voltou para a CCJ. E o Presidente da CCJ nos comunicava que já está encaminhando o projeto ao deputado Tadeu Veneri para que ela faça a relatoria da Emenda e esperamos e temos a certeza que logo estaremos votando nesta Casa esse projeto, que vai beneficiar ainda mais os nossos educadores. Com certeza trará uma maior qualificação no nosso ensino e com certeza vai beneficiar não só os nossos professores, mas de uma maneira bem geral, principalmente os nossos alunos.

Então, é uma educação de maior qualidade, aquilo que nós também pregamos. Sabemos que ser Professor não é simplesmente um repassar de conhecimentos, não é um repassar de informações, mas é, sim, formar a nova pessoa, o novo cidadão. Por isso, parabéns a todos os Professores, parabéns por essa luta, parabéns a todos que aqui estão. Hoje é um dia marcado pela luta, mas por conquistas de muitas categorias e ficamos felizes por estar aqui e poder ser solidário com vocês e poder dar também a nossa contribuição.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desejo também estender a nossa saudação aos ilustres visitantes desta tarde e venho à tribuna para destacar

uma matéria do jornal “O Estado de São Paulo” do dia de ontem, domingo, onde ele coloca que a maior parte das ONGs vivem de recursos públicos. Destaca que milhões de recursos são repassados às Organizações Não-Governamentais. Uma forma mágica do Poder Público repassar dinheiro a essas entidades para que façam algum trabalho em prol da nossa comunidade, o que nem sempre é feito e nem sempre são aplicados com rigor esses recursos.

Tenho aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um pacote de convênios feitos por uma Organização Não-Governamental do Paraná chamada SPVS. Vários convênios assinados, como para construção de cozinha comunitária no Litoral do Paraná e lá nós estivemos e não tem a cozinha comunitária. Convênio para plantio de ervas medicinais e no local que deveria ter o plantio nós encontramos grama. E fizemos, há dois anos atrás, uma viagem ao litoral do Paraná e verificamos, filmamos, constatamos também que a Fundação “O Boticário” recebeu recursos e não aplicou, inclusive, tem o Salto do Morato, que é questionável porque não tem a documentação definitiva. Lá, o Salto do Morato, para simplificar, eu poderia dizer que poderíamos fazer uma reintegração de posse com ordem de despejo da Fundação O Boticário.

Mais grave ainda, Senhores Deputados, é que algumas ONGs, não podemos generalizar, fazem um verdadeiro serviço de imobiliária dos americanos, porque com o dinheiro internacional estão comprando grande parte das nossas áreas do litoral, sobretudo do litoral norte do Paraná, Guaraqueçaba, Antonina e essa região, expulsando as pessoas que têm tradição familiar de mais de trezentos anos e que acabam sempre nas grandes cidades e, via de regra, acabam nas grandes favelas vivendo com uma dificuldade enorme, pois não têm a qualificação necessária nem curso profissionalizante para ganhar a vida e os nossos netos terão dificuldades de passar por aquela região, porque eles comprem prioritariamente cabeceiras de rios e beira de estrada. Estão criando búfalos, estão deitando e rolando neste Brasil que tem uma grande riqueza, a nossa biodiversidade, estão levando embora a nossa informação. E depois com essa informação dos nativos, acabam surgindo medicamentos que nós temos que pagar um preço absurdo, saindo da informação do nosso cidadão que vive da riqueza do nosso litoral.

É provado cientificamente que os grandes laboratórios ganham até dez anos de vantagem em pesquisa quando têm a informação do nativo, a informação de pai para filho, do avô para o neto, que acaba informando para que serve aquela planta. E aí levam embora a nossa biodiversidade, levam embora a nossa riqueza natural e nós ficamos aqui a ver navios.

Então, há muito tempo atrás, na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, fizemos algumas audiências públicas, revelamos ao Paraná e ao Brasil, estivemos na CPI das ONGs no Senado, relatamos ponto por ponto. E evidentemente nós estamos aqui

mais uma vez esquentando esse assunto graças à uma reportagem do jornal O Estado de São Paulo, que escreveu ontem umas oito páginas em um caderno especial mostrando o que significa esse tema. O governo passado fez grandes convênios com essas ONGs o Ministério Público Estadual tem que ingressar de uma vez por todas e ver a prestação de contas das fundações e das ONGs. Nós temos que ver porque os governos firmam convênios com essa gente para preservar o papagaio-da-cara-roxa, para contar os carros que vão para Antonina via Serra do Mar. Nós precisamos, evidentemente, de uma ação mais concreta do Ministério Público, da Justiça, e também desta Casa e do Tribunal de Contas em relação a esse assunto.

Era isso. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Fernando Ribas Carli. Posteriormente, entregaremos no Grande Expediente, hoje o horário está reservado para o nosso Presidente da APP- Professor José Rodrigues Lemos.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor Presidente, Senhorass e Senhores Deputados:

Nós estamos vivendo um momento importante na história do Paraná. Vivemos um momento em que o Governo do Estado, através da mídia, gastando certamente volumosos recursos, e constam do orçamento, nós sabemos, de informar ao Paraná de ações que na verdade não acontecem, prova disso são os professores que aqui estão. Grande parte daquilo que foi aprovado, até hoje não foi implantado, desde maio.

Mas, o que me traz à tribuna hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma questão que nós já desta tribuna, primeiro fizemos o alerta para depois denunciar - uma negociata que aconteceu no Paraná no apagar das luzes de 2003, quando a Copel comprou a participação acionária na ELEJOR, nas Centrais Elétricas do Rio Jordão.

O Rio Jordão, Sr. Presidente, um rio bíblico. Este rio nasce lá no Município de Guarapuava. Nasce praticamente dentro da Cidade. Um rio caudaloso e que tem um potencial energético e estão sendo construídas lá duas usinas. Duas usinas que estavam sendo construídas num consórcio onde a COPEL era minoritária, para que os senhores entendam, a COPEL tinha 40%, 30% da Triunfo, e os outros 30% da Paineira, uma outra holding.

Pois bem, no apagar das luzes de 2003, sem nenhuma explicação, sem nenhuma avaliação por empresa técnica da área, vai e compra a participação acionária da Triunfo, não respeitando o que determina uma lei, que tem que haver autorização desta Casa para realização do negócio. Compra 30%, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por 42 milhões de reais. Só que a Triunfo gastou apenas 21 milhões de reais e um ano depois vende por 42 mil-

hões. Quando aqui esteve o Sr. Griebler, Diretor da COPEL, nós questionamos a respeito da avaliação, porque é uma empresa pública, tem que haver uma avaliação, não só uma, mais de uma avaliação, a resposta foi de que a COPEL tem condições e tem corpo técnico excelente e que não precisaria recorrer ao mercado para conseguir uma empresa ou contratar uma empresa para fazer a avaliação. A própria COPEL fez a avaliação e comprou.

Agora, o que nos causa espécie, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a Triunfo gasta 21 milhões, um ano depois vende por 42. Ganha 100% no ano. É o verdadeiro negócio da China. Não fosse só isto, no decorrer deste ano de 2003 foi um ano realmente dádioso para esta tal Triunfo Participações. Dádioso desde o início o negócio, porque a Triunfo é uma construtora e é ela que constrói a obra, sem licitação, vejam os senhores, não houve concorrência pública para a construção. Em uma obra como esta, que soma, duas obras, somam mais de 400 milhões de reais e esta obra foi conseguida pela Triunfo sem nenhum processo licitatório, mesmo porque ela fazia parte como acionária de 30%.

Pois bem, já ganhou a obra sem nenhum esforço. Ainda assim no ano de 2003, Deputado Barbosa, Reni, Nelson Justus, vejam só, vejam que bênção de Deus, a Triunfo consegue vender para a Fundação COPEL, a Fundação COPEL que guarda o dinheiro que era para pagar as aposentadorias dos funcionários da COPEL, vejam só, a Triunfo vende para a Fundação COPEL 60 milhões de reais em debêntures. Debêntures conversíveis em ações. Só que hoje, e naquela época já era assim, a debênture da Triunfo é mico, ou seja, não vale nada.

Então, os funcionários da COPEL já podem contar com um prejuízo de 60 milhões de reais no seu fundo de aposentadoria. E a construtora Triunfo, a Triunfo Participações conta sim com um monte de dinheiro guardado nos seus cofres. Não.

Não fosse só isto, quando foi realizado o negócio, a Triunfo já recebe 7 milhões de reais a vista e um contrato para receber o restante desde que houvesse a aprovação pelos órgãos reguladores, principalmente pela ANEEL e pelo CADE.

Acontece que, naquele momento, o consórcio ELEJOR passava por dificuldades, não tinha recursos para tocar a obra, então o que fizeram? Aquela coisa de pai para filho, muitas vezes o pai até quer fazer para o filho mas não tem condições, aí vem a mãezona COPEL e faz o benefício para alguém que não é seu filho mas é a empresa que ela acabou ficando majoritária! Ela faz um contrato de mútuo, o que é um contrato de mútuo? Contrato de mútuo é um empréstimo que o sócio faz para a sua empresa. E a COPEL empresta para a ELEJOR mais 108 milhões de reais! Prestem atenção, a COPEL não tem 100% da ELEJOR, a COPEL após comprar os 30% da Triunfo fica com 70% porque tem uma outra empresa, a Paineira Participações que continua tendo 30% do negócio. Vejam só que sócio bom é a COPEL! Vamos fazer

um empreendimento, eu não tenho dinheiro mas a minha sócia a COPEL tem, ela coloca todo dinheiro no negócio, constrói a obra e depois que ficar pronta, é claro, duas obras, duas hidrelétricas que vão gerar um volume de energia importante, claro que ela vai ter um valor de mercado importante, então aquele que foi sócio da COPEL que não colocou dinheiro quando precisava, simplesmente vai ganhar na valorização e quem vai pagar é o povo do Paraná!

Vejam o que está acontecendo no nosso Estado, vejam o que está acontecendo com a COPEL! E prova disso, Sras. e Srs. Deputados, depois de muita insistência os pedidos de informação chegaram até nossas mãos, descobrimos, através dessas informações que pedimos, que a COPEL assinou mais um contrato com a ELEJOR. Meu Deus do céu, vejam só o que esse povo está fazendo! Deputado Greca, vejam o que fazem, já naquele momento, quando assinam um contrato com a ELEJOR, tem uma cláusula que diz o seguinte, isso consta das informações que nos foram mandadas pela COPEL, presta atenção, Deputado Rafael Greca, que negócio da China fizeram: existe uma disposição legal, um impedimento legal que determina que quando uma empresa estatal participa majoritariamente, quando ela tem maioria no capital ela não pode ser beneficiada com empréstimos do BNDES, ou seja, no momento que a COPEL tinha só 30% do negócio consórcio ELEJOR poderia tomar empréstimos do BNDS, agora depois que a COPEL comprou a outra participação e acabou ficando com 70% o BNDS não pode mais financiar as obras. Eles já prevendo isso, claro os caras não nasceram ontem, eles não acreditam em Papai Noel, o que eles fizeram? Já assinaram um contrato dizendo: “caso o BNDS ou qualquer outra instituição financeira não empreste recursos para execução das obras a COPEL se compromete a emprestar os 400 milhões de reais.”

Eu pergunto aos senhores: que negócio é esse? E o pior, meus senhores e minhas senhoras, é que tem um projeto tramitando na Casa, a toque de caixa, que quer que esta Casa dê autorização para que se realize esse negócio! Eu não posso acreditar! Eu não posso acreditar que o Governador Roberto Requião, o homem que pela mídia prega a moralidade, defende a moralidade, conhecido em todo Brasil pela sua verve, pelo seu entusiasmo, pelo seu discurso em acusar as pessoas vá, mais uma vez, fazer ou permitir uma negociação que, sem dúvida nenhuma, vai ficar marcada no seu currículo, como ficou, até hoje o envio dos dólares que ele fez para fora do País e que nós denunciemos aqui, que a sua esposa mandou. E até hoje não recebemos nenhuma explicação desses recursos que foram para fora do País. Não acredito que o Governador Roberto Requião queira que no seu curriculum conste mais esse negócio. Não é um negócio muito grande, quer dizer só 428 milhões, se não falha a memória. Isso representa milhões de dólares. E a COPEL que corta luz quando a pessoa não paga, pode emprestar a juros subsidiados para o seu sócio no consórcio ELEJOR.

Que empresa é essa? Essa é uma empresa pública, é uma empresa do povo do Paraná que nós devemos defender.

Peço a esta Casa: não podemos votar apressadamente esse projeto. Mesmo porque solicitamos do Presidente da Comissão de Fiscalização Deputado Neivo Beraldin para que nós possamos ouvir na Comissão de Fiscalização os Diretores e todos os envolvidos nesse negócio, para que o povo do Paraná saiba o que está acontecendo com o dinheiro público. Não admitimos que isso ocorra e o povo do Paraná não fique sabendo de que maneira está ocorrendo.

O Sr. Rafael Greca

Não acredito que o Governo do Estado tenha qualquer intenção que não seja a de crescer ao patrimônio hidrelétrico e energético do Estado mais potencial gerador de energia. Acho que ao querer ser proprietário majoritário da central energética do Rio Jordão, o Governador estaria fazendo um investimento estratégico. Mas acho que um investimento desse porte não pode e não deve ser discutido sem a devida transparência, absoluto esclarecimento e absoluta clareza, sobre tudo na avaliação do investimento a ser feito.

Mas, não sou contrário, enquanto engenheiro, à idéia da COPEL crescer ao seu patrimônio gerador de energia dentro do sentido de que o Paraná como a mais rica das províncias hidrelétricas da terra, como um dos maiores geradores de energia do mundo tem na COPEL hoje a 5ª empresa da Região Sul do País, geradora de um dos maiores lucros do Brasil. E isso só tende a crescer se ela aumentar o seu potencial gerador de energia. Agora se um negócio desse é feito sem as devidas explicações não é bom. É bom que haja as explicações.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Deputado Rafael Greca, agradeço. Também não sou contra. A disponibilidade de energia garante ao nosso Estado um processo de desenvolvimento. Sem energia não conseguimos nos desenvolver. Nós, e tenho certeza todos os Deputados da Oposição, não são contra a aquisição, até mesmo que a COPEL compre 100%, que compre os outros 30% que pertence a Paineira.

O Sr. Rafael Greca

O Governador me disse hoje de manhã que autoriza a Bancada a fazer uma emenda permitindo a compra de 100% do investimento. Inclusive a parte referente ao Grupo Gulin, ele não tem restrições de quem se vá comprar o investimento. Ele quer é privilegiar a potencialidade energética do Paraná.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Concordo em privilegiar. Agora o que queremos é transparência. Queremos, como bem o senhor colocou, a questão da avaliação. Não podemos comprar gato por lebre.

O Sr. Valdir Rossoni

A grande verdade é que ninguém é contra qualquer negócio que de repente o Governo queira fazer. Mas a grande verdade é que: você vai construir uma casa e gasta 21 milhões e não termina esta casa e vende essa sua propriedade por 42 milhões para o Governo. Aí o Governo não age corretamente e no ato do negócio, para dizer: “Olha, quero comprar a sua casa, que você gastou 21 milhões, por 42 milhões, mas vou lhe dar 7 milhões para dizer que tenho preferência de negócio”. Olha, é, sem dúvida alguma, uma mancha no governo Requião, uma marca, um carimbo que vai ficar para a história do Paraná. Por isso, o que me preocupa muito - e aí que me causa espécie - é a pressa que tem de se aprovar este projeto. A grande verdade é que esta Casa vai aprovar este projeto de lei, avaliando algo que não tem quem explique. O próprio Tribunal de Contas viu irregularidades nessa negociação.

Estamos aqui sim, Deputado Rafael Greca, colocando em dúvida a correção dessa negociação. Esse projeto deixa no ar algo muito duvidoso e ficamos aqui perguntando porque o governo tem que comprar 30%? Outra questão: este dono da Triunfo - deve ser o apadrinhado de Deus, porque ele vende uma casa onde gastou 21 milhões - estou falando didaticamente - por 42, recebe 7 milhões e, na calada da noite a Fundação COPEL investe na Triunfo, em debêntures, em ações, 60 milhões. Estamos trabalhando com cem milhões. Não é dinheiro de banana, não é dinheiro de boteco. É um volume enorme e não é questão de ser a favor ou contra. Eu, na verdade, estou aqui esperando e vi a Bancada do PT levantando-se contra esta negociação. A Oposição levantou-se contra essa negociação porque cheira maracutaia e quero ver o que vai acontecer no dia de amanhã, na hora da votação.

O Sr. Rafael Greca

Deputado Carli, Deputado Rossoni, tenho certeza que o Líder do Governo vai dar as explicações com respeito aos valores diferenciados, citados no relatório do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrado o seu horário, deputado Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Só para concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Valdir Rossoni

Nós vamos à Justiça, Deputado Carli.

O Sr. Rafael Greca

Temos que esperar que o Líder do Governo explique isso, antes que a Assembléia...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem um minuto para concluir, por gentileza.

O Sr. Rafael Greca

Só para dizer que a Assembléia não pode votar esse tema, havendo essa dúvida lançada pelo Deputado Rossoni.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

É isso que queremos: que as explicações venham para a Comissão de Fiscalização. Se ela fizer a fiscalização e não houver nenhuma irregularidade, somos favoráveis, não somos contra. Agora, o que não podemos, é continuar recebendo o pacote pronto. Não podemos autorizar o Governo a comprar gato por lebre.

Fica aqui o meu pedido, Sr. Presidente, para que, antes desta votação, a Comissão de Fiscalização desta Casa possa fazer todas as verificações e possa, com isso, instrumentalizar e informar os Srs. Deputados para que tenham certeza do que estão votando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Grande Expediente, conforme requerimento aprovado por esta Casa, de nossa autoria, este horário esta reservado para a APP-Sindicato, na pessoa de José Lemos.

Está com a palavra.

(Aplausos)

O SR. JOSÉ LEMOS

Quero, em nome dos educadores do Paraná, e também dos demais servidores do Estado, que podemos representar neste momento aqui, por estar na Coordenação do Fórum dos Servidores Públicos Estaduais, cumprimentar o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Hermas Brandão. Agradecer por este espaço aberto à educação do Estado do Paraná.

Cumprimentar as Sras. Deputados e aos Srs. Deputados, a imprensa, como de praxe sempre acompanhando as Sessões aqui na Assembléia e os demais visitantes desta Casa.

O que nos traz à Assembléia no dia de hoje, é o 30 de agosto. Esta data para nós, é uma data histórica marcada no corpo e na mente dos educadores do Paraná.

Trazemos, no dia de hoje, além da rememoração do 30 de agosto, as reivindicações do momento. Muitas das que trazemos aqui, são reivindicações daquela época que ainda não foram atendidas.

Reconhecemos que houve avanço nas negociações, reconhecemos que o Plano de Carreira aprovado nesta Casa, que acolheu a Lei Complementar nº 100 aprovada nesta Casa no ano passado. Acolheu a Lei Complementar nº 101, também aprovada aqui nesta Casa, por unanimidade, ele trouxe avanços. O Plano de Carreira é a Lei Complementar nº 103, mas não podemos parar com o Plano de Carreira. Precisamos que o Governo atenda essas reivindicações, que solicitei que fosse entregue a cada Deputada e Deputado, na Sessão de hoje.

Temos como primeiro item e fundamental, para que possamos ter o atendimento de todos os demais itens da pauta, que é o primeiro: o investimento de no mínimo 25% da Receita da Corrente de Impostos na Educação Básica.

Esse é um compromisso assumido pelo Governador e, também, é uma determinação da Constituição Federal, no artigo 212.

Observamos que o Paraná, pelos dados e os documentos apresentados pelo Tribunal de Contas, traz dados preocupantes. O Paraná deixou de investir, a partir do ano de 2000, os 25% - o mínimo estabelecido na Constituição - na Educação Básica. Também não aplicou em 2001, 2002 e repetiu em 2003, de modo que nominalmente em 2000, foi aplicado 1 bilhão, 497 milhões na Educação Básica. Três anos depois, em 2003, foi aplicado 1 bilhão e 441 milhões. Aumentou a receita nesse período e houve um declínio no investimento na Educação Básica. Ocorre que o Estado tem feito o que os outros 16 Estados do Brasil também estão fazendo, denunciados pelo Ministério da Educação, publicado no Estado de São Paulo, da semana passada. O Paraná, somado aos outros 16 Estados do Brasil, que inclui o pagamento do professor aposentado, como investimento dos 25% da Educação.

Isto está errado. Ele tem que retirar esses 45 milhões destinados aos aposentados, porque é dívida da Previdência, não é investimento na Educação Básica. O Paraná inclui no investimento da Educação Básica, o investimento do Ensino Superior. Isto está errado, segundo o Tribunal de Contas, e também o Ministério Público.

Nós queremos o atendimento deste item.

Por que trago aqui? Porque esta Casa fiscaliza o Governo. É a Casa que vota a Prestação de Contas do Governo.

Portanto, pode nos ajudar nesta tarefa de recuperar os recursos que foram destinados às outras áreas nos exercícios anteriores, e assegurar para este ano o investimento mínimo estabelecido na Constituição; é um compromisso, também, do Governador Roberto Requião.

Também queremos a implantação integral do plano de carreiras, aprovado aqui nesta Casa. Temos aqui alguns dispositivos que não estão sendo respeitados. Por exemplo, o avanço vertical. Já era para ter acontecido para aproximadamente 10 mil professores, no mês de maio. Não ocorreu! Estão recebendo 25% menos e a lei está em vigor e não está sendo respeitada!

Também para o avanço diagonal, previsto para 1º de outubro, o Governo encaminhou um documento às escolas alegando que quem está em estágio probatório não vai poder fazer ascensão na carreira.

É bom lembrar que o Governador Roberto Requião encaminhou para esta Casa mensagem de lei que foi aprovada. É a Lei Complementar nº 100, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 7 de julho do ano passado. Esta lei permite ao professor - que já trabalhou pelo menos 3 anos para o Estado do Paraná, que passou num

concurso recentemente - possa ter ascensão na carreira, mesmo estando no estágio probatório. Portanto, queremos o cumprimento desta lei, também.

Também temos outros dispositivos do Plano de Carreira, que merecem leis para regulamentação. Como por exemplo, o PDE, o Plano de Desenvolvimento Educacional. É com este plano que nós vamos ter acesso ao nível III. Porque não adianta escrever o nível III na carreira, que é o nível para mestrado, para doutorado, se ele não puder ser acessado pelos professores detentores desses títulos. Portanto, o Governo precisa encaminhar para a Assembléia, uma mensagem para regulamentar o PDE.

Também está escrito aqui no Plano de Carreira, no artigo 13, que nós temos direito a nos licenciarmos com uma licença remunerada para estudar mais. Entretanto, o mesmo artigo assegura que o Secretário de Educação precisa baixar resolução para regulamentar este artigo. Se esta resolução não é baixada, temos a lei, mas ela não pode ser aplicada, porque é preciso disciplinar quantos professores podem se ausentar, por escola, para estudar mais, e quanto tempo pode ficar ausente para estudar, por exemplo, um curso de mestrado, doutorado ou para fazer uma especialização.

Também queremos a implementação do cargo de professor com 40 horas por semana. Este item é muito importante. Foi fruto do debate aqui na Assembléia. Foi aprovada por unanimidade a Lei Complementar nº 101 e também no ano passado foi publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 15 de julho. Passados mais de um ano e meio depois de ter sido acolhida pela 103, que é o Plano de Carreiras, não é implementada.

Este item é muito importante, porque os professores do Estado do Paraná fizeram concurso no passado para 20 horas por semana e trabalham as outras 20 horas por semana com aulas extraordinárias. Estas aulas são de cunho esporádico e você pode perdê-las a qualquer momento. E se você perder nas vésperas de aposentar-se, você se aposenta com salário de 20 horas por semana. Um exemplo: um professor trabalhando 29 anos e 11 meses, faltando um mês para a aposentadoria, se ele perder as aulas extraordinárias, que ele pode perder a qualquer momento, ele vai aposentar-se somente com o salário de 20 horas por semana. Não é considerada para aposentadoria e nem para a média. Isto está errado. Por isso é que queremos fugir da aula extraordinária. E uma forma de fugir da aula extraordinária é fazer a ampliação da jornada. Também queremos aprovar o plano de carreira dos funcionários de escola.

Veja, aprovamos um plano para os professores, mas é necessário a aprovação de um plano de carreira para os funcionários de escola, são 25 mil funcionários no Estado, desses, 20 mil funcionários estão com contratos temporários, contratos precários, que são protelados há quinze anos, e portanto não se pode permanecer nesse estágio, onde nós temos funcionários analfabetos, funcionários que não têm a 8ª série na escola, é preciso um

plano de carreira que dê condições de escolarização e de profissionalização, uma carreira digna e um salário decente; porque hoje um funcionário que ingressa no Estado na atual legislação recebe no início de carreira 228 reais, e tem que receber um complemento para chegar no salário mínimo. Isto não pode prevalecer, é preciso que aprove urgentemente um plano de carreira, a exemplo do que foi aprovado aqui para os professores do Estado do Paraná.

Também queremos aqui a aprovação do projeto de Lei nº 169, projeto de lei este que foi apresentado pela Deputada Luciana Rafagnin a pedido da APP, ele vai disciplinar o número de alunos por turma. Ele já apreciado em 1ª discussão, recebeu apoio unânime dos Deputados, na 2ª discussão recebeu emendas de Plenário, retornou à CCJ. Conversávamos no início da Sessão com o Deputado Tadeu Veneri e a Deputada Luciana Rafagnin, o Deputado Tadeu Veneri foi incumbido então de ser o relator dessas emendas, e portanto ele já foi feito o relator do projeto no início da sua tramitação.

Queremos que este projeto volte ao projeto o quanto antes, se possível amanhã, para que a partir do próximo ano nós tenhamos o número máximo de alunos por turma, fixado com 35 alunos no máximo para o ensino médio, 30 para o ensino fundamental de 5ª a 8ª série, e 25 alunos de 1ª a 4ª série, e até 20 alunos para o ensino infantil. É um número razoável dentro do orçamento da educação, passível de ser aprovado este projeto e de ser implementado no Estado do Paraná, porque hoje nós temos uma resolução que disciplina o número de alunos por turma, essa resolução é antiga e ela determina três metros quadrados para o professor, e um metro quadrado para cada aluno.

Veja bem, três metros quadrados para um professor numa sala que tenha sete metros de largura você não tem meio metro entre a parede e a carteira do aluno. É inadmissível que nós tenhamos neste século, neste milênio, que voltar à década de trinta quando as carteiras eram coladas no chão, e precisou o movimento dos pioneiros pela educação dizer que os alunos precisavam trabalhar em grupo, que não podiam continuar mais olhando um para a nuca do outro como ocorre hoje nessas salas super lotadas, porque não permite ao professor fazer nenhum trabalho pedagógico de grupo. Encontramos salas no Estado com mais de 50 alunos. Isto está errado, precisamos corrigir, porque eleva o número de repetência, eleva o número de evasão escolar, e faz com que o aluno retorne no ano seguinte para frequentar a mesma escola, e acaba custando mais aos cofres públicos e trazendo problema de saúde para o professor, porque um professor com sala super lotada não dá conta dos conteúdos, entra em crise, entra em depressão e fica doente, e também o Estado tem que colocar um substituto no lugar dele. Portanto, quando se reduz o número de alunos por sala, melhora a qualidade de vida do professor e a qualidade da educação pública do nosso Estado.

O Paraná encontra-se em quinto lugar no ranking nacional em mais alunos por turma; na região sul é o que tem o maior número. Portanto, solicitamos aos Deputados um apoio integral a esse projeto.

Solicitamos aos nobres Deputados do Estado do Paraná que rejeitem um veto apostado pelo Governador Roberto Requião no Projeto de Lei nº 667, que foi apresentado pelos servidores públicos e que foi subscrito pelo Presidente da Assembléia, Deputado Hermas Brandão, que interessa a todo servidor público e se transformou na Mensagem 48, uma mensagem de veto que deve ser apreciada a qualquer momento pela Assembléia Legislativa. Gostaríamos que ela fosse apreciada o quanto antes, se possível ainda hoje, para que esse veto seja rejeitado, porque o servidor público do Estado do Paraná quando pede aposentadoria tem que aguardar no trabalho.

Conhecemos várias histórias de ficarem um ano, um ano e meio, dois anos trabalhando desnecessariamente e contribuindo indevidamente para a Parana Previdência. Tem um caso aqui de um ano, mas tem um caso também de sete anos, quando a professora foi aposentada no dia 7 de agosto. Demorou sete anos, ela contribuiu indevidamente para os cofres do Estado do Paraná naquela ocasião, e depois para a Parana Previdência.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, com a licença do ilustre representante da APP, se fosse possível, depois que ele concluisse seu pronunciamento, eu gostaria de fazer uma colocação para saber do posicionamento da APP Sindicato.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Posteriormente à conclusão do pronunciamento dele, se o professor José Lemos estiver à disposição para responder o seu questionamento.

O SR. JOSÉ LEMOS

Nós ficamos à disposição.

Para concluir, quero também trazer aqui uma reivindicação importante dos servidores do Estado do Paraná.

Nós conseguimos no Governo anterior a isenção da contribuição previdenciária dos aposentados por força de uma emenda constitucional. Agora voltou-se a esse debate e esse fantasma ronda os professores e servidores públicos do Estado aposentados. Queremos que o Governo do Paraná mantenha a isenção para os nossos aposentados, porque não é justo que depois de contribuir toda sua vida laboral, o aposentado volte a contribuir quando da aposentadoria, contribuir para uma aposentadoria que não deixa mais, para um benefício do além. Isso está errado e, portanto, queremos a manutenção dessa isenção.

A saúde do servidor público está precária e o SAS - Sistema de Atendimento à Saúde não tem dado conta de atender o servidor público estadual. O Governador Roberto Requião assumiu o compromisso, enquanto candi-

dato, de recriar o IPE Saúde, como autarquia, e nós estamos aguardando que ele encaminhe esse projeto à Assembléia Legislativa e que seja aprovado o quanto antes, para que possamos ter de fato o que está assegurado na Constituição do Estado: que é dever do Estado do Paraná dar saúde ao seu servidor público da rede estadual. Então, queremos a aprovação desse projeto e o apoio dos nobres Deputados aqui da Assembléia Legislativa.

Quero também chamar a atenção para um item importante: a posição integral das perdas salariais. Nós, professores do Paraná, tínhamos em março de 1987 a implantação do piso de três salários-mínimos para ingresso na carreira para uma jornada de vinte horas por semana e para uma jornada de quarenta horas por semana, seis salários-mínimos. E hoje nós observamos um declínio brutal! Qualquer indexador que utilizarmos mostra a defasagem gritante de três salários-mínimos. Em agosto de 88, quando tivemos o enfrentamento com o Governo Álvaro Dias; naquela época estava em dois salários-mínimos e hoje encontra-se em 1,39 salários-mínimos.

E também, se compararmos com outros indexadores, vamos observar que perdemos o nosso poder de compra e por isso que voltamos às ruas no dia de hoje, para solicitar também que o orçamento - que vem para esta Casa até o dia 30 de setembro -, traga já na proposta do Executivo a reposição integral das perdas dos professores e também dos funcionários de escolas, do Estado do Paraná. Nós também queremos que o Governo atenda às outras categorias de servidores e que, portanto, estão também com os salários defasados, como a saúde, como a Polícia Civil, que estão aqui presentes, e aproveito para saudar os trabalhadores do Judiciário, que são guerreiros e que há muito tempo lutaram para trazer à Assembléia e aprovar aqui o Projeto de Lei nº 254. Também quero saudar aqui os companheiros do Tribunal de Contas, que conosco também fazem parte do fórum dos servidores públicos e saudar também os companheiros daqui, que são servidores da Assembléia e sempre estão nos recebendo muito bem e transformando esta Casa em um espaço democrático, junto com seus Deputados e Deputadas.

Então, pedir aos nobres colegas Deputados que olhem com muito carinho! A vida dos servidores públicos estão em vossas mãos, porque é aqui que passam os projetos de lei para serem aprovados.

Agradeço e fico à disposição para responder aos Srs. Deputados!

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para cumprimentar o professor Lemos e para lembrar da luta do dia 30 de agosto, quando ocorreram todos aqueles fatos aqui na frente.

Gostaria apenas que ele comentasse a respeito da reunião de hoje, porque nós tivemos uma reunião às 11h00, e saber se houve e quais foram os avanços que ocorreram nessa reunião, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu também gostaria de fazer uma colocação, e aí o Presidente da APP e dizer que temos aqui na Assembléia, Lemos, encaminhado pelo Governo há alguns dias atrás, um Projeto de Lei nº 288. Quero que se atente muito para esse número, 288, que em seu artigo 1º, diz o seguinte: “para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os Órgãos de administração direta, autarquias do Poder Executivo, poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições, prazos e regime especial previsto em lei.”

Volto a um outro artigo que acredito também deva ser levado em consideração para sua entidade, que diz o seguinte: “Para manter a normalização da prestação de serviços públicos essenciais à comunidade, quando da ausência coletiva dos servidores públicos, paralisação ou suspensão das atividades por prazo de 10 dias”.

O que quer dizer esse projeto de lei do Governo, na minha interpretação, meu caro professor? Que o Governo está querendo aprovar aqui nesta Casa uma autorização para a contratação em caráter emergencial de funcionários, em todas as áreas! Esse artigo que eu li a V. Sa. deixa claro; na eventualidade de greve de qualquer setor do serviço público por mais de 10 dias, que nós estaremos autorizando o Governo a contratar funcionários para substituir os grevistas. Essa é a interpretação dos Deputados de Oposição. Por isso faço essa colocação.

Se numa eventualidade, V. Sa. não puder colocar aqui a posição da APP Sindicato, mas que em uma próxima oportunidade, antes de votarmos esse projeto, tenhamos o posicionamento da APP Sindicato, porque esse projeto certamente nos causa estranheza e espécie.

Era essa a minha colocação. Esperamos a contribuição da APP Sindicato.

Obrigado!

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só para deixar claro e sem nenhuma dúvida, o próprio Governador Roberto Requião autorizou qualquer emenda, seja ela retirando a palavra substituição em greve ou fazendo qualquer emenda no sentido de que as contratações temporárias sejam apenas para o objeto de que é o projeto, e que não fique nenhuma dúvida e que possa ser então retirado a intenção ou a palavra greve do projeto.

Já está conversando com o Governador Roberto Requião, o Líder do Governo já passou essa posição e, portanto, certamente terão emendas, e o Governo já reviu a proposta inicial do seu projeto.

Então, não há preocupação nenhuma neste sentido.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu fiz um questionamento à APP Sindicato, e não ao Líder do Governo, porque essa questão nós levantamos aqui. E é importante que se diga que o que o Deputado Natálio Stica disse aqui, está na Constituição: em caso de emergência, o Governador

baixa um decreto e pode contratar; não precisa ser aprovada uma lei, já está na Constituição.

Então, acredito que seria de melhor alvitre que o Governo retirasse o projeto, porque na verdade ele não vem ao encontro dos interesses dos servidores públicos.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Faltou eu dizer isso: foi levantado pelo Governo, ele já pediu de volta e já providenciado.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para informar, eu havia solicitado vistas a esse projeto. O Deputado Marcos está lembrando, e outros Deputados também solicitaram vistas, o Deputado Durval Amaral, que nós devolvemos esse projeto ao Governo por um acordo feito com todos os Deputados da CCJ com as correções feitas a pedido do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do Fórum dos Servidores Públicos e da Assembléia Legislativa.

Então, esse projeto não está mais, a princípio, na Casa; ele retorna ao Governo, o Secretário Caíto Quintana e a Secretária Maria Marta concordaram com essa devolução, e posteriormente será remetido a esta Casa sem aqueles pontos que havíamos divergido.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Agradecemos a presença do Professor José Lemos. Agradecemos a presença dos professores do setor educacional do nosso Estado, e quero informar que o veto mencionado pelo Professor Lemos ao Projeto de Lei, e nossa autoria, nº 667/03 será votado na Sessão Extraordinária, logo após o término desta Sessão.

O SR. JOSÉ LEMOS

Rapidamente, responder aqui ao nobre Deputado Valdir Rossoni que nós, APP, assim que tomamos conhecimento do projeto procuramos o Governo, tínhamos reunião com a Dra. Maria Marta, que é a Secretária de Administração, colocamos o nosso descontentamento a vários artigos do projeto.

Também comparecemos a Assembléia Legislativa, na CCJ, e conversamos com vários Deputados. O Deputado Tadeu Veneri ficou com a tarefa de pedir vistas, e nós, então, tivemos reuniões com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público e com a Procuradoria Geral do Trabalho, que representa aqui o Ministério do Trabalho, para que o projeto possa ser substituído, e hoje pela manhã, na reunião que tivemos no Palácio Iguaçu, houve acordo, então que os Deputados devolvam o projeto para o Governo fazer as mudanças necessárias, e, evidentemente, se ele retornar a esta Casa com alguma diferença do que foi acordado e que não seja do interesse público e dos servidores públicos, nós aqui estaremos para apresentar as emendas necessárias, porque nos organizamos através do fórum que congrega 15 sindicatos, que representam todos os servidores públicos estaduais, e juntos, vamos acompanhar este projeto.

Então, veja, nós destacamos aqui vários itens que precisam ser mudados...

(Interrompido)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu faria uma solicitação ao professor Lemos: que encerrasse o seu pronunciamento, porque temos uma Sessão Extraordinária ainda hoje e quando vier à pauta este assunto, V. Exa. terá o tempo aqui para fazer a defesa.

O SR. JOSÉ LEMOS

Concluindo, tivemos avanços, sim, nas negociações, hoje pela manhã. É verdade que marcamos mais duas reuniões - uma para o dia 9 de setembro e outra para o dia 14 de setembro, com o Governo do Estado.

Eu não posso falar de todos os pontos aqui, porque queremos a aprovação de projetos do nosso interesse e por isso queremos acompanhar tanto a Sessão Ordinária, quanto as Extraordinárias que serão realizadas por este Plenário.

Eu agradeço mais uma vez o espaço, coloco-me à disposição de cada gabinete, de cada Deputado, para, na sequência, estar dando as informações que julgarem necessárias.

Nosso abraço dos servidores da educação, dos servidores do Judiciário, da Assembléia Legislativa, enfim, dos servidores do Tribunal de Contas, de todos os servidores do Estado do Paraná, porque aqui represento o fórum dos servidores públicos estaduais.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)

Apenas para registrar com saudades e com grande admiração, os cinco anos de falecimento do nosso ex-Presidente, Deputado Anibal Khury, no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Amanhã inclusive teremos, na Capela desta Casa, às 10h00, uma missa em homenagem póstuma pela passagem dos cinco anos do falecimento do Deputado Anibal Khury.

Horário das Lideranças - PL, PSL, PPS.

(Declinam).

PSB. Deputado Reni Pereira com a palavra.

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo nesta tribuna hoje para fazer um desabafo em relação às nossas prerrogativas como Deputado.

Muitas vezes, Sr. Presidente, nós aqui somos suscetíveis de erros e erramos; somos humanos. Muitas vezes acertamos. Hoje, tenho certeza, é um dos dias que estaremos acertando, em vista do debate e da aprovação que será em seguida, do quadro de funcionários do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e também dos funci-

onários desta Casa, que há muitos anos buscam o seu plano de cargos e carreiras.

Por outro lado me preocupa a possibilidade de aprovarmos um projeto de lei que a exemplo de outros, eu como Deputado de primeiro mandato já errei por - na pressa - ter concordado, e lembro-me muito bem que por ocasião do plano de cargos e carreiras dos professores, pedi, juntamente com o Deputado José Maria para discutir, porque queria ver se estava ali contido o avanço vertical de mais de mil professores e o Deputado Stica que ainda não era o Líder mas já estava respondendo pela Liderança do Governo - nos convidou para, no dia seguinte, debater e afirmou, categoricamente, que o plano de avanço vertical com base nas promoções adquiridas em virtude de cursos de pós-graduação seria respeitado.

Infelizmente eu vejo, por esse Informativo da APP, que isso não foi contemplado e eu votei a favor do Plano de cargos dos professores, na pressa, como veio para a Casa porque diziam, no mês de março, que o Governo tinha pressa porque queria pagar ainda naquele mês. Demoraram ainda alguns meses e não foi pago o retroativo! Erramos! Erramos porque não discutimos se seria pago realmente, se teria dinheiro!

Da mesma maneira que erramos, errei votando aqui nos transgênicos sem discutir de que maneira isso ia afetar a economia do Paraná, e a minha cidade de Foz do Iguaçu perdeu, e muito, porque, se apenas 10% da produção de soja paraguaia ia pela Argentina para exportação, hoje inverteu, 90% está indo por lá porque é mais barato e deixou um rastro de mais de 50 mil desempregados à margem da BR-277 de Foz do Iguaçu até Paranaguá. E quando discutimos aqui, estava previsto que a proibição seria só do plantio e da comercialização; era isso que o Governador estava temendo, pelos pequenos produtores, mas depois foi de arrasto também o transporte. Nossa cidade perdeu, nosso Estado perdeu!

Acho que estamos, mais uma vez, na iminência de cometer outro erro, eu sei que o Governo deve estar imbuído da melhor intenção querendo que aprovemos, também na pressa, essa questão da compra das ações da ELEJOR.

Mas, será que não estaremos errados? Será que não estamos colocando novamente a carroça na frente dos bois, como já fizemos em outras ocasiões? Se isso tudo já está praticamente acertado, por que pagou 7 milhões de reais no ano passado? Será que isso não vai alimentar ligações e boatarias, como já estão surgindo, como a que eu recebi no sábado, que estes 7 milhões já teriam sido distribuídos?

Então, vamos discutir melhor, porque se for o caso, como o Deputado Rafael Greca falou, se é um investimento estratégico por parte do Governo, vamos ver se a Paineira não vende mais barato a sua parte porque também são 30%. E se for o caso, vamos comprar os 60% que faltam e o Governo toma conta dos 100% disso aí. Por que é só 30% e por que é só direcionado para uma empresa?

Então, Sra. Presidente, eu faço este apelo a esta Casa.

Concedo o aparte ao Deputado Barbosa Neto.

O Sr. Barbosa Neto

Gostaria de concordar com V. Exa. que sobe à tribuna desta Casa, corroborando inclusive as informações gravíssimas denunciadas no horário da Oposição, pelo Deputado Fernando Ribas Carli.

Nós não podemos abrir mão da nossa função precípua que é fiscalizar! Estamos deixando de analisar um negócio envolvendo 100 milhões de reais de futuros aposentados da Fundação COPEL e também do patrimônio de uma empresa que não foi vendida na legislatura passada e esta Casa se levantou e evitou o pior.

Nós temos que ter claro, Srs. Deputados que sob o manto ou a desculpa do nacionalismo, estão querendo empurrar goela abaixo da nossa população esta trama ardilosa, até que se prove o contrário, porque são realmente denúncias gravíssimas! Eu sou um dos signatários dos pedidos de informação que foram feitos juntamente com o Bloco de Oposição e que as gerações futuras vão julgar o desempenho daqueles Deputados que vão votar a favor dessa negociata.

A nossa missão é, realmente, fiscalizar. E não nos convence esse argumento do aumento do potencial energético de uma empresa ou do Estado do Paraná. As condições, que são nebulosas, e até o momento nefastas para o Estado, é o que nos preocupa. V. Exa. está de parabéns por fazer esse desabafo na tribuna de hoje.

Muito obrigado pelo Aparte.

O SR. RENI PEREIRA

Agradeço esta Presidência e o aparte do Deputado Barbosa Neto.

Deixo aqui registrado em nome do povo paranaense, que nos outorgou esse mandato. A eles, sim temos que justificar as nossas ações aqui dentro, e não a do Governo, muito menos ao do Governo passado, que é o seu caso.

Tenho que justificar a minha função aqui que é de esclarecer, fiscalizar e ajudar o Governo do Estado naquilo que ele estiver certo. Agora, evitar também que ele erre, quando estiver envolvido como já foi citado aqui, espero que não seja o termo, em negociatas, o dinheiro e o erário público, principalmente envolvendo dinheiro sagrado de funcionários que vêm contribuindo há anos para ter um melhor rendimento durante a sua aposentadoria!

E, sempre, a precipitação leva o erro! Leva a consequências que muitas vezes não conseguimos corrigir, haja vista até muitas vezes o termo usado numa campanha eleitoral, em relação ao pedágio.

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

No Horário do PSDB, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sra. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Os senhores devem estar observando aqui em minhas mãos, o calhamaço de documentos que foi nos encaminhado nas últimas semanas sobre essa negociata chamada ELEJOR.

Gostaria, não estou vendo aqui o Presidente Hermas Brandão, mas indago à Mesa se possível essa informação sabemos que teremos uma Sessão Extraordinária logo após esta Sessão, se estará na pauta o projeto de aprovação desta questão da ELEJOR.

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

Está na pauta, com aprovação da CCJ.

O SR. VALDIR ROSSONI

Vejam os senhores, é muito bom que se preste atenção, e quero cumprimentar a lucidez do pronunciamento do Deputado que me antecedeu, dizer que aprovar projetos aqui na correria, acontece erros.

Ora, estamos levantando aqui, com inúmeros documentos, de que essa negociata da ELEJOR deixa muitas dúvidas no ar.

Pasmem os senhores, sabem qual é o dia que a CCJ se reúne na Assembléia? Nas terças-feiras! Se reuniu extraordinariamente hoje, aprovou esse projeto, já está na pauta da Extraordinária. E aí me pergunto: por que tanta pressa? A Triunfo é a empresa, para que os senhores entendam, que está construindo esta obra no Foz do Jordão. Essa empresa nasceu com uma sorte tremenda! Certamente, se tivéssemos nascido com esta sorte, nenhum de nós estaria aqui reivindicando aumento salarial. Essa empresa, Triunfo, teve tanta sorte em seus negócios, que investiu nessa obra, 21 milhões de reais, e da noite para o dia o Governo do Paraná resolveu comprar essa obra por 42 milhões de reais. Quer dizer, nem terminou a obra, já está comprando por 42, o dobro do que a Triunfo investiu e a Triunfo é de tanta sorte que, além de vender um patrimônio que vale 21 milhões, sem terminar, ela teve mais uma sorte, ganhou na loteria novamente.

Aí, veio a Fundação COPEL e comprou ações da Triunfo no valor de 60 milhões. Prezados senhores, podem usar o telefone agora e telefonar para qualquer pessoa entendida em ações, em Bolsa. Esses 60 milhões que foram comprados pela Fundação COPEL já viraram pó. Se nós formos colocar as ações compradas da Triunfo pela Fundação COPEL de 60 milhões, hoje não vende por preço nenhum.

Estamos aqui há 15 dias pedindo explicações do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem um minuto.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, desculpe-me, mas eu acredito que este relógio está muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Um minuto para conclusão, mas naturalmente, a Mesa será compreensiva, se for um minuto ou um minuto e dez.

O SR. VALDIR ROSSONI

Respeito V. Exa. e concluirei em um minuto.

Sabemos que isto não soa muito favorável às pessoas que admiram o Governador Requião. Eu também sou uma pessoa que respeito o Governador Requião, mas deixarei de respeitá-lo se ele continuar insistindo que esta negociata se concretize. Por quê? Ora, além de comprar algo de 21 milhões por 42, já pagaram 7 milhões sem autorização desta Casa. Então, por que autorização desta Casa agora? Primeiro teria que ser aprovado para depois ser pago! Não! Quando resolveram comprar, já deram 7 milhões!

Como disse o Deputado Reni, há conversas nos corredores e nos bastidores que isto já foi muito bem distribuído.

Guardem bem este nome, ELEJOR, porque isto aqui vai render muitas histórias, vai render muitas páginas nos jornais. Guardem também, esses 60 milhões comprados de ações da Triunfo pela Fundação COPEL também vai render muitas notícias.

Infelizmente, o projeto está já em 1ª discussão na Extraordinária. É um projeto que estamos trabalhando com 40 milhões do Governo, que há mais de 15 dias estamos questionando o Governo que estamos pedindo esclarecimentos há muito tempo, e agora, na calada da noite, com uma rapidez enorme, vai ser votado, e certamente a minoria vai ser esmagada aqui sem ter os devidos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já temos dois minutos e quarenta e três, e ainda teremos o Horário do PDT, PT e PMDB.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, estive como membro da CCJ, onde ficou combinado com o Líder do Governo, que hoje ele remeteria as informações aos deputados, como assim anunciou, que seria votado na Sessão de amanhã.

Espero que o Líder do Governo confirme esse acordo da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Pela ordem, Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Também não chegou ao Bloco Independente cópia do relatório. Não vamos votar, enquanto não tiver acesso pelo menos às informações mínimas.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Queria informar que o projeto em tela está apon-tado para a pauta da Sessão Extraordinária.

Questão de Ordem, Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sobre a questão do projeto da ELEJOR.

Para que o projeto conste da Extraordinária, tem que constar da Ordem do Dia de hoje. Pelo que me consta, estou aqui com a Ordem do Dia, e não está na pauta.

Gostaria que V. Exa. respeitasse o nosso Regimento porque regimentalmente não pode ser votado esse projeto na Extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

A pauta é aprovada ao final de cada Sessão, como V. Exa. bem sabe. Nós já tivemos outras Sessões Extraordinárias e assim o fez sem nenhum prejuízo regimental, como V. Exa. bem sabe, porque foi 1º Secretário desta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI

Tenho uma interpretação diferente: para que este projeto possa ser votado na Extraordinária teria que fazer parte da Ordem do Dia. Não estamos respeitando o Regimento. É mais uma brecha, para nós nos atermos e, depois vamos discutir essa questão.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Só para esclarecer, sei que vários Deputados estariam inscritos. “A cada dia basta o seu mal”.

Não temos a questão colocada ainda, vamos primeiro tratar da pauta do dia. Temos vários requerimentos para votar; teremos um procedimento ainda, dentro da Ordem do Dia. Temos o Horário de Lideranças. O Deputado Barbosa Neto abriu mão.

Pelo Horário do PT, o Deputado Elton Welter.

Pela Ordem, Deputado Natálio.

O SR. NATÁLIO STICA

Quero fazer a entrega oficial do relatório ao Líder da Oposição, Durval Amaral, ao Deputado Tadeu Veneri, que foi quem solicitou por primeiro o relatório, ao Deputado Barbosa Neto, que pediu em nome da Bancada Independente e um deles para a Mesa Executiva.

Na Comissão de Justiça, eu estive lá participando, hoje; também o Deputado Durval Amaral, Líder da Oposição. Fizemos um acordo de que eu não iria pedir a transformação da Sessão de hoje, mas votaríamos na próxima Sessão, que está entrando na Extraordinária.

Acabo de conversar com o Deputado Durval Amaral, para manter o nosso acordo.

Portanto, na Extraordinária, vamos votar apenas a constitucionalidade, ficando para amanhã, para discutir o mérito.

O SR. VALDIR ROSSONI

Com todo o respeito que tem o meu eminente Líder Durval Amaral, eu não vou respeitar o posicionamento do Líder da Oposição.

Peço antecipadamente, para discutir o requerimento formulado pelo Deputado Antonio Anibelli. É o direito regimental deste Parlamentar. Não votaremos o projeto da ELEJOR hoje, porque regimentalmente não cabe.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Teremos a fase de encaminhamento de votações.

O SR. VALDIR ROSSONI

Estou apenas preocupado, Sr. Presidente, que, de repente, na leitura rápida, possa passar despercebido.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Isto dificilmente ocorre nesta Casa, Deputado.

No horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, concedemos a palavra ao Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários públicos do Paraná que aqui estão, falo em nome da Liderança do PT.

Estamos num momento importante da vida política deste País e deste Estado e naturalmente os anseios do serviço público, de demandas de muitos e muitos anos, não se resolvem de uma hora para outra, mas, com certeza, está havendo um empenho muito grande no sentido de criar condições para que os em torno de 20 mil funcionários do quadro geral que trabalham na Educação, tenham o seu quadro de carreira, para um futuro breve. A bancada está empenhada e trabalharemos neste sentido.

Hoje, também, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, vários projetos passaram por lá, entre eles o que regulamenta a carreira dos funcionários desta Casa, do Tribunal de Contas e também do Tribunal de Justiça. Eu sinto, também, como Líder do PT e pelo processo político que acontece aqui no Paraná, que se fala muito em transparência, e agora, tivemos uma demonstração, apesar de que o volume é muito grande, deste relatório que veio num pedido de informações, a própria Constituição prevê, quando os pedidos de informação, muitas vezes por serem complexos, até buscar todas as informações detalhadas, pode-se postergar o prazo de entrega. E é claro que o Governo disponibilizou estas informações com relação aos pedidos de informação dos Deputados.

Agora, esta visão estadista do Estado é muito importante, porque resgata novamente o caráter público desta empresa, a COPEL, porque retoma nas mãos a direção de uma pequena central hidrelétrica e já se autorizou, inclusive, a compra de cem por cento destas centrais hidrelétricas, que é a ELEJOR, e que estará em pauta na sequência. Agora, se há dúvidas com relação ao custo disto, dever-se-ia, sim, fazer um levantamento, uma auditoria.

É o que eu recomendo, como Deputado. Não podemos nos furtar em fiscalizar, naturalmente.

Agora, com certeza, está-se fazendo um esforço muito grande no sentido de conceder aquele caráter privatizante que se tinha no passado em se retomar um caráter público de um setor estratégico, como a energia elétrica. Pode até estar sendo uma posição em que há contrariedade de muitos, aqui, mas esta é a visão deste Líder de Partido. Se houver algum indício de irregularidade e me trouxer em mãos coisas concretas, eu serei o primeiro a assinar e denunciar a coisa errada. Agora, fofoca de corredor, eu não acredito! Não gosto dessas questões! Acredito que a maioria dos Parlamentares desta Casa também não concorda com essas questões, porque todo o Parlamento que se furta a fiscalizar e este Parlamento que sei, no passado, não estava nenhum pedido de informação e muito menos de respostas, se há demora de algumas respostas, deve ter seus motivos, mas queremos que haja transparência de todos os atos do Poder Executivo. E nós queremos isto. Inclusive, já assinamos várias CPI's, desde que assumimos, e queremos que as investigações sejam profundas.

É claro que muitas vezes não depende só do Parlamento. Agora, espero que este fato com relação à ELEJOR, que tramitará daqui a pouco, onde há um tensionamento de muitos Parlamentares, esperamos que as dúvidas sejam sanadas através deste relatório. Inclusive amanhã terá uma grande exposição pública para todo o Paraná, com relação a este assunto, também.

É importante que os Parlamentares desta Casa participem deste evento, chamado "escolinha", apesar do Poder ser realmente independente; é importante buscarmos as informações. Precisamos respeitar a opinião de todos os Deputados.

Portanto, vejo que o Governo cometeu um erro, e eu sinto que ele reconhece isso, mas será consertado, que essa operação deveria antes ter passado por essa Assembleia, mas o Governo reconhece quando comete erros, mas precisa do Parlamento; e o Parlamento, precisa andar em harmonia com o Poder Executivo, mas não se omitir nas questões de fiscalização.

Por isso, todas as dúvidas que há aqui, se realmente o que foi investido como foi denunciado aqui pelo Deputado Rossoni, que se aponte com dados, com levantamentos concretos, que daí sim haverá transparência absoluta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Deputado Artagão de Mattos Leão, pelo PMDB.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero fazer uma saudação aos nossos amigos professores, em especial aos meus amigos do Tribunal de Contas que hoje se fazem presentes aqui nesta Casa de Leis. Evidentemente que hoje discutimos um assunto extremamente palpitante, um assunto que provoca debate, provoca argumentação, e por que vários está

sendo apresentado como uma negociata. As coisas não podem ser feitas dessa forma, nós estamos cansados de atitudes e posturas desta natureza.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que se hoje a COPEL tem a oportunidade de fazer esse negócio, de fortalecer o seu espaço dentro das questões da energia é porque no Governo passado alguns Deputados que aqui estavam levantaram a bandeira contra a venda da COPEL; alguns Deputados efetivamente que não são aqueles que hoje se colocam na posição de causar ou levantar alguns questionamentos.

Seria muito simples chegarmos aqui neste microfone, nesta tribuna, e levantarmos dúvidas sobre uma série de procedimentos, mas as coisas não podem ser feitas desta forma. O Tribunal de Contas com extrema habilidade, com extrema competência, através da 4ª Inspeção, que tem a responsabilidade de fiscalizar as ações da COPEL, tem feito uma série de solicitações, de esclarecimento sobre a negociação realizada com as Centrais Elétricas no Rio Jordão; solicitações de esclarecimentos que foram atendidos, esclarecimentos esses que chegaram no Tribunal de Contas na última semana, que dão conta da maioria dos pontos ali colocados. É verdade, sim, que ocorreram alguns erros de forma, é verdade, sim, que ocorreram algumas falhas; mas negociata, em hipótese alguma! Falcatura, de forma nenhuma! Roubalheira, como alguns querem falar, isso não existe; podemos afirmar! Houve um adiantamento de fato de sete milhões de reais, mas que foi um adiantamento para garantir um negócio de interesse do Governo, do Estado do Paraná, um negócio que sem dúvida alguma, com o passar dos anos, estará em muitas vezes mais valorizado do que hoje foi.

Foi colocado pelo nobre Deputado que se investe vinte e um milhões para construir uma casa, não se pode vendê-la por quarenta e dois. Talvez neste exemplo, nesta linha de pensamento sim, mas quantos já ouviram negociações, como por exemplo, de uma fazenda, quando se compra por dois mil reais, mil reais o alqueire, faz-se um investimento em cercas, em pastos e essa mesma propriedade passa a valer vinte, trinta mil reais o alqueire.

Evidentemente que essa negociação foi feita buscando o interesse do Estado do Paraná, colocando em pauta o interesse do povo paranaense, princípios e posturas do Governo do Estado, princípios e posturas de alguém que nós conhecemos e que se hoje governa o Estado do Paraná é porque tem, com a sua história, a aprovação do povo.

Não é justo chegarmos num momento como esse e fazermos falsas acusações, imputarmos responsabilidade a quem não merece. A verdade prevalecerá e aqui todas as dúvidas, todos os questionamentos devem ser esclarecidos. Os Deputados têm esse direito e têm a obrigação de fiscalizar, sem dúvida alguma, o trabalho do executivo, mas não de falar e fazer o que não se deve. Ninguém tem o direito de caluniar, de difamar, de inventar algo que não existe.

Os esclarecimentos, na medida do possível, já foram dados. Todos os demais serão sem dúvida, debatidos nesta tarde e tenho certeza que todos nós Parlamentares, que todo povo paranaense sairá desse debate convencido de que o negócio não busca o interesse de pequenos grupos, como aconteceu muito no passado, mas que busca o interesse do povo do Paraná, do Governo do Estado, que é de um futuro melhor para o nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança da Oposição se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o Sr. Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós estamos discutindo, desde o início do ano, um assunto da maior relevância para toda sociedade paranaense, que é o caso ELEJOR.

A propósito, a CPI da COPEL propôs que o Governo do Estado se tornasse sócio majoritário em todas as parcerias existentes na COPEL com a iniciativa privada. Uma proposta desta Assembléia Legislativa. Isso, no final de dezembro do ano passado.

Surpreendentemente, enquanto aprovávamos a lei aqui, fomos pegos todos de surpresa com essa negociação onde o Governo do Estado, que já detinha 40% dessa parceria com a ELEJOR, ao invés de adquirir mais 10% dessa parceria, achou por bem comprar mais 30%, quando que, com apenas 10%, ele já seria o sócio majoritário.

Foi falado aqui pelos Deputados Carli e Rossoni, que a ELEJOR investiu vinte e um milhões em 2003, vendeu por quarenta e dois milhões de reais em dezembro de 2003, à revelia da Assembléia Legislativa. Não havia autorização legislativa, não havia autorização do CAT, não havia autorização da ANEEL. São questões que, efetivamente, causam perplexidade a nós Parlamentares de Oposição, e a todos os Deputados.

Não param aí os questionamentos. Nós vimos o ex-Secretário da Fazenda e Presidente da COPEL, Dr. Ingo, ser execrado publicamente por uma suposta irregularidade que está nas vias do Poder Judiciário, no valor de 39 ou 35 milhões de reais. E o que nós estamos vendo, agora?

É uma negociação feita na ordem de 42 milhões de reais; um contrato de mútuo com a mesma empresa de 107 milhões de reais; uma negociação num intervalo de período de tempo de seis meses no valor de 149 milhões de reais saindo dos cofres públicos para a iniciativa privada. E para quê? Para fazer o gosto de quem? Por quê?

A energia produzida lá seria a energia comprada pela própria COPEL. O Governo, para ser majoritário, não precisava comprar mais 30%. E se precisasse comprar mais 30%, deveria fazer um edital público de lici-

tação, ofertando que desejava comprar da ELEJOR mais 10% ou mais 30% e os dois outros sócios poderiam oferecer efetivamente à COPEL por um preço menor, através de um instrumento público, que é o edital de licitação pública.

Então, não me parece- e ouvi aqui atentamente o Deputado Artagão - que sejam picuinhas de corredor, que sejam questões a serem postas como da compra ou da venda de uma fazenda, nobre Deputado Artagão, a quem tenho o maior respeito e admiração, por V. Exa. e pelo seu pai. Até porque nós já requeremos também ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná a impugnação feita pelo seu pai e essa aquisição da ELEJOR por parte da COPEL, que efetivamente vigilante que é o Tribunal de Contas e o Conselheiro Artagão de Mattos Leão achou por bem impugnar inclusive essa transação.

Então, estamos fazendo essas colocações para dizer que não se trata de ser Oposição pelo gosto de ser Oposição, não se trata de ser contrário pelo gosto de ser contrário, mas queremos as explicações.

Como está na Sessão Extraordinária, nós voltaremos à tribuna na Sessão Extraordinária porque, como Oposição, nos recusamos inclusive a votar contra, se não recebermos todas as informações e todos os pedidos de informações que a Oposição levantou. A Oposição não dormiu no ponto, está desde o dia 15 de fevereiro deste ano questionando essa operação, razão pela qual veio aqui o Dr. Gilberto Griebler, convocado pela Assembléia Legislativa, para prestar esclarecimentos.

Então, a maioria pode votar, acho que é um direito. Acho que avançamos na CCJ, porque até quero honrar aqui e fazer uma referência muito especial ao Deputado Stica, porque ele poderia - e não gosto da palavra rolo compressor - efetivamente, com a maioria que detém, não aceitar o nosso convite de discutirmos esse projeto somente com Regime de Urgência que aí está. Ele poderia dizer: é transformação do Plenário em Comissão Geral e a maioria passa por cima da minoria. Ele abriu mão da transformação do Plenário em Comissão Geral e isso possibilitará à Oposição discutir melhor o projeto e possibilitará inclusive a apresentação de Emendas, se assim entender a Oposição e os demais Deputados da Base.

Agora, eu encareço! Não podemos, Presidente, votar um assunto da maior relevância sem que as quase 100 questões feitas por escrito pela Oposição sejam respondidas. Agradeço o relatório da Kroll, está aqui e é uma coisa importante e relevante, mas nós queremos as respostas por escrito. Eu, sinceramente, já disse na semana passada que não quero aqui o Dr. Gilberto, a mim não me interessa mais, porque o que ele tinha que dizer, veio aqui e usou de subterfúgios. O que ele tinha a fazer, não fez, que era cumprir os nossos requerimentos, os nossos pedidos de informação. Deu uma resposta mal educada à Assembléia Legislativa com relação aos questionamentos que fizemos, que eram supérfluos e desnecessários. Isso não me satisfaz. Com isso não me contento.

Então, apelo ao nobre Líder do Governo, que tem a maioria. O Governo pode perder a votação, pode ganhar a votação, pode passar efetivamente com a sua maioria. É um direito, mas ninguém nos impedirá de fazermos todos os questionamentos necessários e obtermos todas as respostas. Aliás, não acredito que o Governador Roberto Requião se furtará de prestar todas as informações. Tem um decreto dele dizendo que cada pedido de informações deveria ser respondido em um prazo máximo de cinco dias e nesse caso específico da ELEJOR, estamos desde fevereiro questionando e as respostas não chegam à Assembléia Legislativa!

Voltamos na Sessão Extraordinária com esse assunto!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

No Horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Inicialmente quero parabenizar os professores, professoras e os funcionários da educação do Paraná por essa mobilização. A luta por melhoria de condição de trabalho, por melhores salários. É uma luta legítima, é aquele velho adágio popular: uma andorinha sozinha não faz verão; e quem não luta e não se empenha, não consegue atingir os seus objetivos. É evidente que grandes conquistas o Magistério do Paraná já teve, mas ainda é preciso ter mais. E é por isso que essa data, que já ficou marcada no calendário paranaense, no dia 30 de agosto, sempre serve como uma data de lembrança e de mobilização de todos os professores, professoras e profissionais da área da educação do Estado do Paraná.

Aqui, em nome do meu Partido, o PMDB, o nosso reconhecimento pela legitimidade, pela força, pela garra e pelo idealismo dos professores, das professoras e dos funcionários da Educação do Estado do Paraná.

Quero aqui também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, falar sobre o assunto que está aqui sendo discutido, que é a ELEJOR. Não paira na minha cabeça e nem na cabeça de nenhum Parlamentar que apóia o Governo nesta Casa, que a negociação não foi fundamentada na legitimidade, na transparência e, acima de tudo, olhando o interesse público. Aliás, essa é a prática do Governo Requião, que resgatou a COPEL que estava sendo entregue para grupos privados, e ele, na sua briga, na sua luta, reconquistou-a. O Governador Requião, que reconquistou a SANEPAR para que a empresa pública pudesse prestar serviço à população do nosso Estado, serviço com qualidade. O Governador Requião, que nesse aspecto da ELEJOR está corrigindo um vício que foi praticado pelo Governo anterior, porque quem fez a parceria da ELEJOR foi o Governo Jaime Lerner, que fez o negócio mal feito, a COPEL entrou como acionista com

40% na construção de uma represa em parceria de duas empresas, cada uma com 30%.

E o que é que fez o Governador Requião?

Está comprando 30% das ações para que a COPEL seja majoritária, para que a COPEL invista dinheiro num setor estratégico, que é a energia, para poder fazer com que o povo do Paraná tenha energia barata e que seja de domínio público e não da iniciativa privada. É isso que faz o Governador Roberto Requião.

É por isso que nós aqui nesta Casa, nós, Deputados do PMDB e dos Partidos que dão apoio ao Governo, não temos dúvida nenhuma de discutir, de prestar informações, de detalhar, porque temos absoluta convicção de que neste Governo as coisas acontecem com transparência absoluta e nada é feito na calada da noite, nada é feito à escondidas; tudo é feito com interesse público, acima de tudo.

Por isso, Sr. Presidente, não há dúvida, o Deputado Durval Amaral falou e tem razão, neste Governo os Deputados merecem, sim, as informações. Informações que durante oito anos, nós, Deputados da Oposição, aqui nesta Casa, nunca conseguimos. Sequer a um pedido de informação nós tínhamos direito de ter aprovado nesta Casa. Neste Governo não se discute pedido de informação, aqui se aprova, porque é direito, é legítimo e é, na verdade, obrigação de qualquer Governo prestar informação dos seus atos e suas atitudes.

O Governo Requião não teme dar informações e por isso vai prestar todas as que possam suscitar dúvidas a qualquer Parlamentar nesta Casa ou a qualquer pessoa deste Estado do Paraná.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Sr. presidente, que não acabe o Expediente desta Sessão sem um registro aos atletas paranaenses que brilharam na Olimpíada de Atenas - a Natália Falavinha, atleta de Taiken-do, que foi valorosa no quarto lugar mundial, que disputa em Londrina e é natural aqui de Curitiba, o Emanuel, que joga vôlei de praia e que com o seu parceiro ganhou a medalha de ouro olímpico para o Brasil, o Giba que é de Londrina, que joga vôlei de quadra, e o Ricardinho que é de Maringá, que também joga vôlei de quadra, e que trouxe como o Giba, a medalha de ouro olímpico para o Brasil. E sobretudo, um registro muito especial para o grande atleta Vanderlei Cordeiro de Lima, da cidade de Cruzeiro do Oeste, que vinha ganhando a maratona, já a dois quilômetros e meio da meta final, na histórica corrida múltiplas vezes milenar, que celebra a vitória dos soldados gregos sobre o mal, e que foi barrado na sua chegada triunfal por uma pessoa, celerada, vestida com trajes típicos da Grécia medieval e isto ficou engasgado na garganta dos brasileiros. Este atleta ganhou e só dois outros ganharam em toda a história olímpica mundial, a medalha Barão Pierre de Coubertain, pela sua qualidade.

Esse Vanderlei Cordeiro de Lima, tão humilde, tão nosso e tão brasileiro, nascido na cidade Cruzeiro do

Oeste, que treinou em Japira e também em Maringá, distingue o nosso Estado na constelação olímpica mundial, mas sobretudo pelo seu exemplo de ser um guerreiro tão próximo da vitória e que não conseguiu chegar ao podium de ouro, mas trouxe no peito a medalha de bronze a ornamentar-lhe o coração de ouro.

Vivam os atletas do Paraná!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

O Deputado José Maria, inclusive por olhares, nós já combinávamos de fazermos uma homenagem como fizemos para os atletas do Paraná, não só os medalhistas, mas todos aqueles que lá compareceram e que honraram, não só o Paraná, mas o Brasil, disputando a Olimpíada, independentemente da conquista de medalhas, porque de fato, ouvir o Hino Nacional no momento de uma medalha de ouro ou mesmo de bronze, de prata e ver um brasileiro lutando, é um sinal de que este País tem cada vez mais futuro.

O SR. RAFAEL GRECA

Para completar, Sr. Presidente, eles foram 26 atletas do Paraná, 10% da delegação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

O que mostra a força do Paraná no esporte nacional.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Apenas, Sr. Presidente, para complementar o que o Deputado Rafael Greca falou, apesar de não ser do Paraná, mas a equipe de ginástica olímpica que fez uma belíssima apresentação, assim como também de ginástica desportiva, eu acho que não poderia ficar em momento algum esquecido. O que nós vimos foi de uma beleza indescritível e certamente não só o Paraná, mas o Brasil todo tem a ganhar com a apresentação dessas meninas valorosas que aqui no Paraná têm feito o seu treinamento diário e que nos trouxeram um retorno.

O SR. RAFAEL GRECA

Para completar, Sr. Presidente, tenho orgulho de ter criado o Centro de Ginástica Olímpica, em Curitiba, quando Ministro do Esporte do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Todos temos orgulho, ex-Ministro Rafael Greca, da sua contribuição, mas de fato a força dessas pessoas nos deixam a todos emocionados.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu ouço com muita atenção os Deputados Rafael Greca, Tadeu Veneri, e nada acontece por acaso.

O que aconteceu agora nas olimpíadas é fruto de alguém muito bem preparado e de alguém que investiu, por muito tempo, em cima desses atletas. Pena que o vôlei, o Centro de Excelência está indo embora do Paraná. Pena que o atual Governo do Estado não continua cultivando os bons programas que o Governo passado tinha implantado, o Centro de Excelência, preparação para os atletas... até tenho que fazer uma retrospectiva: Onde é que estes atletas treinaram e quando iniciaram:

Espero que o atual Governador do Estado do Paraná continue investindo como o ex- Governador investiu para que a Assembléia Legislativa, por muitas vezes, possa fazer as homenagens aos atletas que representam, não o Paraná, mas o Brasil!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Ademir Bier e Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Miltinho Pupio, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1437, de autoria do Deputado Natálio Stica, com apoioimento dos Srs. Deputados Luiz Accorsi, Nereu Moura, Cida Borghetti, Francisco Bühler e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a Transformação da Sessão Ordinária de 30/08/2004 em Comissão Geral para Votação do Projeto de Lei nº 300/2004. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1448, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente gostaria que colocasse o Projeto de interesse dos professores, na Extraordinária, em primeiro porque depois nós passaremos a obstruir a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na Extraordinária o Veto é o item 01.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 107/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural Celinauta, com sede no Município de Pato Branco. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 107/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Cultural Celinauta, com sede no Município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.08.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 186/2004, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de Utilidade Pública o Movimento Nacional em Defesa das Crianças Desaparecidas, com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2004, de 18/05/2004).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 194/2004, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guamiranga, com sede no Município de Guamiranga e foro no Município de Imbituva. **Aprovado. (Publ. no DA nº 194/2004, de 18/05/2004).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 223/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais APROL, com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/2004, de 02/06/2004).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 241/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Cascatinha, com sede e foro no Município de Palmas. **Aprovado. (Publ. no DA nº 053/2004, de 14/06/2004).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 259/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão que declara de Utilidade Pública a Associação Lar da Criança de Planalto, com sede no Município de Planalto e foro na Comarca de Capanema. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2004, de 28/06/2004).**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 704/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar para o Município de Agudos do Sul, imóveis do Governo do Estado do Paraná, situados naquele Município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 714/2003, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação para o Município de Nova Aurora os lotes urbanos nºs 08 e 09, da quadra nº 23, da Planta do loteamento denominado Jardim Nova Aurora, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para uso do Conselho Tutelar do Município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, situado no Município de Alto Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar a APAE de Foz do Iguaçu, o lote nº 179, do quadrante 10, quadricula 01, setor 06, da quadra 38, situado naquele Município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/2004, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, meses de junho e julho de 2004. Resolução nº 003/2004. COM PARECERE FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/2004, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2003. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/2004, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os Quadros de Servidores do Poder Judiciário, conforme especifica e adota outras providências. COM PARECERES DA CCJ, CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2004, de 28/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 254/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Judiciário, contempla os servidores do Judiciário que não foram beneficiados pela reorganização do Quadro daquele Poder levada a efeito pela Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, tais como os auxiliares da Justiça do Foro Judicial que há anos sofrem a disparidade de tratamento no que se refere à implantação de um plano de carreira próprio.

Na justificativa o autor diz que os Quadros do Foro Judicial do Estado do Paraná não foram estruturados de forma a motivar o trabalhador. O vínculo que hoje se estabelece entre o Poder Judiciário e o servidor da comarca sujeita este último a um único nível de vencimento. Nenhuma carreira e conseqüente nenhuma oportunidade de promoção ou progressão funcional durante toda a sua vida de trabalho.

A Lei nº 14277, de 30 de dezembro de 2003, veio a dar início a esse processo de implantação das carreiras do foro judicial, proporcionando aos funcionários oportunidade de promoção, com base nos critérios de merecimento e antigüidade.

A perspectiva que ora se vislumbra, longe de ser perfeita, representa, em verdade, antigo e justo anseio dos servidores do Foro Judicial, que lhe dará estímulo e motivação para o contínuo desempenho de suas funções de forma diligente e produtiva.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deva esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedeci-

dos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Chefe do Poder Judiciário, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Assim chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(a) HERMES FONSECA

Presidente e Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 254/2004**

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, objetiva reestruturar o Quadro de Servidores do Foro Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Fundamentação

Após receber parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, a proposição foi encaminhada para esta Comissão de Finanças. O Tribunal de Justiça encaminhou junto com o ante-projeto de lei, o Impacto Orçamentário-Financeiro, de acordo com os artigos 16 e 17 e parágrafos da Lei Complementar nº 101/2002, Lei de Responsabilidade Fiscal, dos

gastos decorrentes com a criação de cargo da proposição.

Conclusão

Sendo assim a Comissão de Finanças opina pela aprovação do presente projeto de lei, apresentando parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 11.08.2004.

(a) ELIO RUSCH

Presidente e Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 254/2004**

Fica acrescido parágrafo 2º ao artigo 2º, renumerando o atual parágrafo único do Projeto de Lei nº 254/2004:

“Art. 2º - ...

§ 1º - ...

§ 2º - Ficam excluídos do Anexo I - Deslocamento de Carreira, no item “Escrivão da Vara de Família - Entrância Final”, os escrivães do Foro Central da Comarca de Curitiba.”

Fica alterado, também, o Anexo I - Deslocamento de Carreira, no item Escrivão da Vara de Família.

Sala das Comissões, em 11.08.2004.

(a) ELIO RUSCH

Presidente e Relator

**ANEXO I
Deslocamento de Carreira**

	Classe	Inicial	Final
Escrivão da Vara de Família			
Entrância Final (excluído o Foro Central da Comarca de Curitiba)	I	C2	C7
Entrância Intermediária	II	B10	C4
Entrância Inicial	III	B6	B11

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I
Deslocamento na Carreira**

FORO JUDICIAL			
Carreira	Classe	Inicial	Final
Escrivão do Crime			
Entrância Final	I	E4	E9
Entrância Intermediária	II	E1	E6
Entrância Inicial	III	D9	E3
Escrivão da Vara de Infância e da Juventude e Adoção			

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I
Deslocamento na Carreira

FORO JUDICIAL			
Carreira	Classe	Inicial	Final
Entrância Final	I	E4	E9
Entrância Intermediária	II	E1	E6
Entrância Inicial	III	D9	E3
Escrivão da Vara de Família			
Entrância Final	I	C2	C7
Entrância Intermediária	II	B10	C4
Entrância Inicial	III	B6	B11
Escrivão da Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis			
Entrância Final	I	C2	C7
Entrância Intermediária	II	B10	C4
Entrância Inicial	III	B6	B11
Escrivão da Vara de Precatórias Criminais			
Entrância Final	I	C2	C7
Escrivão da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara de Inquéritos Policiais			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara de Adolescentes Infratores			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara de Execuções Penais			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara da Corregedoria dos Presídios			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara de Delitos de Trânsito			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara do Tribunal do Júri			
Entrância Final	I	E4	E9
Secretário do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	E4	E9
Secretário de Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I
Deslocamento na Carreira

FORO JUDICIAL			
Carreira	Classe	Inicial	Final
Entrância Final	I	E4	E9
Secretário dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	E4	E9
Entrância Intermediária	II	E1	E6
Entrância Inicial	III	D9	E3
Oficial de Justiça			
Entrância Final	I	D2	D7
Entrância Intermediária	II	C11	D5
Entrância Inicial	III	C8	D2
Oficial de Justiça dos Juizados Especiais			
Entrância Inicial	I	D2	D7
Entrância Intermediária	II	C11	D5
Entrância Inicial	III	C8	D2
Porteiro de Auditório da Capital			
Entrância Final	I	D2	D7
Comissário de Vigilância da Vara da Infância e da Juventude			
Entrância Final	I	D2	D7
Entrância Intermediária	II	C11	D5
Entrância Inicial	III	C8	D2
Auxiliar de Cartório			
Entrância Final	I	C8	D2
Entrância Intermediária	II	C5	C10
Entrância Inicial	III	C1	C6
Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	C8	D2
Entrância Intermediária	II	C5	C10
Entrância Inicial	III	C1	C6
Assistente Social			
Entrância Final	I	E1	E6
Entrância Intermediária	II	D10	E4
Entrância Inicial	III	D4	D9

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I
Deslocamento na Carreira

FORO JUDICIAL			
Carreira	Classe	Inicial	Final
Psicólogo da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas			
Entrância Final	I	E3	E6
Auxiliar Administrativo			
Entrância Final	I	A3	A6
Entrância Intermediária	II	A2	A5
Entrância Inicial	III	A1	A4
Auxiliar Administrativo dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	A3	A6
Entrância Intermediária	II	A2	A5
Entrância Inicial	III	A1	A4
Contador/Avaliador dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	E3	E6

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE ALÇADA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO II
Níveis de Vencimento

ORDEM	A	B	C	D	E	F
1	860,35	1.109,19	1.420,80	1.791,50	2.648,24	3.416,63
2	880,48	1.134,70	1.449,78	1.833,47	2.710,31	3.496,68
3	901,09	1.160,80	1.479,36	1.876,42	2.773,80	3.578,60
4	922,17	1.187,50	1.513,97	1.920,37	2.838,78	3.662,45
5	943,75	1.214,81	1.549,40	1.965,38	2.905,29	3.748,26
6	965,83	1.242,75	1.585,66	2.011,43	2.973,37	3.836,08
7	988,43	1.271,33	1.622,76	2.058,55	3.043,03	3.925,96
8	1.011,56	1.300,57	1.660,73	2.106,78	3.114,32	4.017,95
9	1.035,23	1.330,49	1.699,59	2.156,14	3.187,31	4.112,08
10	1.059,46	1.361,09	1.739,36	2.206,67	3.261,99	-
11	1.084,25	1.392,39	1.780,07	2.258,39	3.338,41	-

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/2004, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr.

Franke Dijkstra. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.
(Publicado no DA nº 067/2004 05.08.2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 266/2004

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado ao Sr. Franke Dijkstra.

Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário e benemérito do Estado do Paraná.

O partido do autor, também, já oficiou que a proposição faz parte da cota da agremiação partidária.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 266/2004, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

Solicito ao 1º Secretário que proceda à Chamada Nominal para a votação do Projeto nº 266/2004.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)

Procede à Chamada Nominal para votação.

(**Continua a chamada nominal dos Srs. Deputados**).

Quarenta e oito senhores Deputados respondem a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e sete votos pelo Sim, um voto em branco. **Aprovado o Projeto.**

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/2004, de autoria do Tribunal de Contas. Incorporação de gratificação ao vencimento básico e disciplinamento da percepção de verbas de representação pelos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, e dá outras providências. **COM PARECERES. Aprovado. (Publ.no DA. nº 069/2004, de 11.08.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 298/2004

P A R E C E R :**Relatório**

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, acompanhado do Ofício nº 258/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta incorporação

de gratificações ao vencimento básico e disciplinamento de verbas de representação pelos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Na justificativa o autor diz que a medida ora proposta consubstancia estruturar a composição salarial do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Paraná e, rigorosamente com base na Constituição, promover os ajustes necessários na fixação dos vencimentos para cargos iguais ou assemelhados.

Na atualidade, em face de recomposições efetuadas pelos demais Poderes do Estado, ocorreu significativa defasagem na tabela de vencimentos do quadro de pessoal efetivo desta Corte, acompanhada da ausência de uniformidade na composição salarial dos cargos de Consultor Técnico e Consultor Jurídico.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30.08.2004.

(a) HERMES FONSECA

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 298/2004

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas, dispõe sobre a incorporação de gratificações ao vencimento básico e disciplinar da percepção de verbas de representação pelos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Finanças encontra legitimidade na proposição do egrégio Tribunal de Contas, que procura disciplinar a percepção de verbas de representação de seus servidores e, também, incorporar gratificações aos seus vencimentos.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 298/2004.

Sala das Comissões, em 30.08.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/2004, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o quadro efetivo do pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica, de acordo com a Lei Autorizatória nº 13.950/2002. COM PARECERES.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - O Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa a ser o desta Resolução.

Art. 2º - A denominação e a classificação dos atuais cargos, o grupo ocupacional a que pertencem e as respectivas séries são transformados conforme os Anexos I, II, III e IV da presente Resolução.

Parágrafo Único - Os vencimentos dos cargos previstos no *caput* deste artigo, e dos cargos de Procurador e de Consultor Técnico Legislativo são os constantes dos anexos V e VI da presente Resolução.

Art. 3º - A gratificação pelo exercício de encargos especiais de que tratam os artigos 172, inciso VIII e 178, ambos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a ser concedida aos ocupantes de cargos de provimento em comissão e efetivo desta Assembléia Legislativa, na forma estabelecida em Ato da Comissão Executiva.

Art. 4º - O acesso vertical, dentro da respectiva classe, dar-se-á por promoção, atendidos os dispositivos do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, ficando vedada a transferência de carreira, cujas vagas iniciais somente poderão ser providas através de concurso público.

Art. 5º - O servidor poderá ser enquadrado em carreira de nível superior, constantes dos anexos I, II e IV, deverá ter obrigatoriamente, além do diploma de curso superior, inscrição na respectiva associação de classe na data de publicação desta Resolução.

Art. 6º - Os atuais cargos de Consultor Legislativo "A" e "B", ficam extintos ao vagar.

Art. 7º - O cargo de Consultor Técnico às Comissões passa a denominar-se Consultor Técnico Legislativo, ficando mantidas as atuais atribuições.

Art. 8º - Os atuais ocupantes dos cargos de Consultor Técnico "A" e "B" passam a integrar o cargo de Consultor Legislativo.

Art. 9º - Os atuais ocupantes do cargo de Oficial Legislativo "A" passam a integrar o cargo de Técnico Administrativo.

Art. 10 - A Comissão Executiva no prazo de 30 (trinta) dias montará uma comissão composta por 5 (cinco) funcionários da Assembléia Legislativa a fim de proceder ao enquadramento dos servidores deste Poder nos cargos constantes desta Resolução.

Parágrafo Único - A Comissão nomeada terá o prazo de 90 (noventa) dias para proceder o enquadramento previsto no *caput* deste artigo.

Art. 11 - Os valores atualmente percebidos pelos servidores do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a título de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de adicionais trienais, de gratificação de produtividade e as vantagens previstas nas Resoluções de nºs 01, de 13 de abril de 2000; 01, de 19 de março de 2002 e 08, de 03 de julho de 2002, ficam incorporados aos respectivos vencimentos básicos, constantes ao anexo V.

Art. 12 - Os dispositivos desta Resolução aplicam-se ao pessoal inativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 13 - As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta do orçamento próprio do Poder Legislativo.

Art. 14 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.08.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ANEXO I

PROCURADORIA		
Denominação	nº de cargos	Habilitação
Procurador 1ª classe	02	Diploma de Bacharel em Direito com inscrição na OAB

ANEXO I

Procurador 2ª classe	03	Diploma de Bacharel em Direito com inscrição na OAB
Procurador 3ª classe	04	Diploma de Bacharel em Direito com inscrição na OAB

ANEXO II

GRUPO DE ATIVIDADES E ASSESSORAMENTO JURÍDICO				
Denominação	nº de cargos	Habilitação	Vencimentos	
			Inicial	Final
Consultor Jurídico	35	Diploma Bacharel em Direito com inscrição na OAB	E 01	G 11

ANEXO III

GRUPO DE ATIVIDADES E ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO				
Denominação	nº de cargos	Habilitação	Vencimentos	
			Inicial	Final
Consultor Técnico Legislativo	02	Curso Superior	-	-
Consultor Legislativo	06	Curso Superior	E 1	F 11
Secretário de Comissão	15	Curso Superior	E 1	F 11
Assessor de Comissões Permanentes	15	Ensino Médio (2º Grau)	B 1	C 11
Taquígrafo	14	Curso de Taquigrafia	D 1	F 5
Jornalista	04	Curso Superior	E 1	F 11

ANEXO IV

GRUPO DE ATIVIDADES E ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO				
Denominação	nº de cargos	Habilitação	Vencimento	
ÁREA UNIVERSITÁRIA			Inicial	Final
Consultor Administrativo	06	Curso Superior	D 1	F 5
Biblioteconomista	01	Cuso Superior	D 1	E 10
ÁREA DE SAÚDE				

ANEXO IV

Médico	06	Diploma de Medicina	E 1	F 3
Dentista	10	Diploma de Odontologia	E 1	F 3
Enfermeiro	02	Diploma de Enfermagem	D 1	D 11
Auxiliar de Enfermagem	06	Curso Técnico de Enfermagem	C 1	D 1
Agente de Saúde	05	Diploma de Curso Superior em outras áreas de saúde	D 1	E 1
Biólogo	02	Curso Superior	C 7	D 11
ÁREA DE INFORMÁTICA				
Analista de Sistemas	04	Curso Superior	E 1	F 11
Programador "A"	03	Curso Superior	D 1	F 11
Programador "B"	04	Curso Técnico	C 1	D 10
Operador	10	Curso Técnico	C 1	D 5
Digitador	10	Curso Técnico	C 1	D 2
ÁREA DE ARTES GRÁFICAS				
Editor	04	Curso Técnico	C 1	D 10
Designer Gráfico	03	Curso Técnico	C 1	D 8
Revisor	04	Curso Superior	D 1	F 11
Arte-finalista	04	Curso Técnico	C 1	D 6
Impressor	06	Curso Técnico	C 1	D 6
Encadernador	06	Curso Técnico	C 1	D 6
ÁREA TÉCNICA ADMINISTRATIVA				
Técnico Administrativo	25	Ensino Médio (2º Grau)	B 1	C 11
Contabilista	04	Curso Superior	D 1	F 11
Técnico em Contabilidade	06	Curso Técnico em Contabilidade	C 1	D 11
Calígrafo	02	Ensino Médio (2º Grau)	C 1	D 10
Fotógrafo	03	Ensino Médio (2º Grau)	C 1	D 9
Cinegrafista	03	Ensino Médio (2º Grau)	C 1	D 9
Músico	02	Ensino Médio (2º Grau)	C 1	D 9
Almoxarife	05	Ensino Médio (2º Grau)	C 1	D 9
Auxiliar de Cerimonial	10	Ensino Médio (2º Grau)	C 1	D 5
Técnico em Climatização	04	Ensino Médio (2º Grau)	C 1	D 5
Técnico de Som	03	Ensino Médio (2º Grau)	C 1	D 5
Datilógrafo	07	Ensino Médio (2º Grau)	C 1	D 5

ANEXO IV

Bibliotecário	02	Ensino Médio (2º Grau)	C 1	D 5
ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS				
Auxiliar Administrativo	45	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 11
Ascensorista	23	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Garagista	06	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Jardineiro	04	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Mecânico	02	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Motorista	10	Ensino Fundamental (1º Grau) CNH	A 1	B 8
Porteiro	15	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Recepcionista	25	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Segurança	20	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 5	C 6
Servente	20	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Telefonista	10	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Zelador	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Operador de Fotocopiadora	05	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Auxiliar de Plenário	08	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Garçom	10	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Pintor	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Eletricista	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Carpinteiro	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Pedreiro	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Barbeiro	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8
Chaveiro	02	Ensino Fundamental (1º Grau)	A 1	B 8

ANEXO V

Cargos Provimento Efetivo Níveis de Vencimento							
	A	B	C	D	E	F	G
1	1.344,00	1.575,86	1.847,71	2.166,45	2.540,15	2.978,22	3.491,88
2	1.363,58	1.598,80	1.874,63	2.198,01	2.577,16	3.021,62	3.535,27
3	1.383,45	1.622,09	1.901,94	2.230,05	2.614,71	3.065,66	3.579,29
4	1.403,61	1.645,73	1.929,65	2.262,54	2.652,81	3.110,32	3.623,95
5	1.424,06	1.669,71	1.957,77	2.295,52	2.691,44	3.155,62	3.669,27

ANEXO V

6	1.444,81	1.694,05	1.986,29	2.328,97	2.730,66	3.201,60	3.715,25
7	1.465,86	1.718,74	2.015,23	2.362,90	2.770,44	3.248,23	3.761,92
8	1.487,22	1.743,80	2.044,62	2.397,35	2.810,81	3.295,56	3.809,24
9	1.508,92	1.769,23	2.074,43	2.432,28	2.851,76	3.343,58	3.857,24
10	1.530,90	1.795,00	2.104,65	2.467,72	2.893,31	3.392,29	3.905,95
11	1.553,21	1.821,16	2.135,32	2.503,70	2.935,45	3.441,72	3.955,38

ANEXO VI

Procurador 1ª Classe	4.732,91
Procurador 2ª Classe	4.496,26
Procurador 3ª Classe	4.271,45
Consultor Técnico Legislativo	4.590,92

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 013/2004

P A R E C E R :**Relatório**

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pela Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta dispor sobre o Quadro Efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica, de acordo com a Lei Autorizatória nº 13.950/2002.

O tempo incumbiu-se de promover, em seu transcorrer, distorções homéricas e injustas para com os servidores públicos civis da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pois são necessárias providências no sentido de equalizar os ganhos, compatibilizando-os, na medida do possível, com as remunerações dos demais Poderes constituídos, garantindo-se os direitos isonômicos de cada trabalhador legislativo.

Cumpra a esta Comissão de Constituição e Justiça, antes de exarar seu pronunciamento formal, enaltecer a iniciativa da Mesa Executiva, que com certeza representa também a aspiração de todos os demais Parlamentares da Assembléia Legislativa, que resolve estabelecer definitivamente, coalizão com os melhores princípios éticos e morais da legalidade, dando exemplo até mesmo extra competência, impedindo novas injustiças aos servidores que dão sustentação aos pilares deste Poder Legislativo, sendo a proposição um reconhecimento pelas laboriosas obras até aqui realizadas, trabalhos que sem a participação do corpo funcional da Assembléia, não levaria esta instituição a atingir seu fim supremo, o interesse público geral e a promoção do bem comum dos paranaenses.

Da Fundamentação do Parecer

Obedecendo determinação normativa do Regimento Interno, expressa através do parágrafo 2º, do artigo 33, temos a manifestar que a iniciativa legislativa em epígrafe veio consubstanciada no parágrafo 1º, do mesmo articulado supracitado, sendo claramente evidenciada a competência da Mesa Executiva para iniciar o processo legislativo por meio de resolução, pois se trata de matéria *interna corporis*, nos termos do inciso III, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná.

Importante salientar que a proposição vem amparada em norma permissiva anterior, Lei Estadual nº 13.950, de 12 de dezembro de 2002, que autoriza a Assembléia Legislativa, através de resolução, instituir o Quadro Próprio do Poder Legislativo.

Mister se faz informar, que todos os atos vinculados ao referido Quadro Funcional, deverão atender os ditames da Lei Estadual nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Servidores Públicos), que estipula regras ao provimento, enquadramento, ascensão e progressão, por promoção, dos servidores.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da Emenda Aditiva.

Sala das Comissões, em 30.08.2004.

(a) HERMES FONSECA

Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA DA CCJ, AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/2004

Inclua-se, onde couber, no texto do Projeto de Resolução nº 013/2004:

“Art. ... - Ao servidor que ocupa vaga a ser extinta através da presente resolução é assegurado, temporariamente, o direito de permanência até a vacância, quando ocorrerá a sua plena extinção.”

Sala das Comissões, em 30.08.2004.

(a) HERMES FONSECA

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/2004

P A R E C E R :

A proposição em exame é de autoria da egrégia Mesa Executiva desta Assembléia Parlamentar, e comparece chancelada pelos dignos Deputados Hermas Brandão, Presidente do Poder Legislativo; Nereu Moura, 1º Secretário e Geraldo Cartário, 2º Secretário, encaminhando a proposta do novo Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao *referendum* desta Comissão Permanente e conseqüentemente do douto e soberano Plenário deliberativo.

Exercendo o direito de preferência desta Presidência, *ad-referendum* dos demais membros desta CF, avoco o relato da proposição em tela, passando a examinar:

Mister se faz que esta Comissão de Finanças manifeste seu referendo ao pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, no que tange ao mérito da questão envolvida, pois os servidores da Assembléia, mais do que nunca, merecem ter seu Quadro Próprio, medida que com certeza irá propiciar alento e desenvolvimento aos trabalhos da Assembléia, além de fortalecer o Poder Legislativo.

Exercendo competência normativa do Regimento Interno, expressa através do parágrafo 3º, do artigo 33, temos a manifestar que a proposição está amparada em previsão orçamentária que suporta sua implantação, tendo cumprido todos os preceitos contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, colocando o Poder Legislativo em condições de reestruturar seu Quadro Funcional, na forma proposta no projeto de resolução em análise.

Convém salientar que a apresentação da presente proposição em exame, foi prevista na Lei Estadual nº 13.950, de 12 de dezembro de 2002, que autoriza a Assembléia Legislativa, através de resolução, instituir o Quadro Próprio do Poder Legislativo, com aporte financeiro correndo à conta do orçamento próprio do Poder Legislativo.

Em sendo assim, os Deputados desta Comissão de Finanças, manifestam a aprovação do presente parecer, indicando também aos demais Pares Parlamentares desta Assembléia, o devido *referendum*, quando da análise cabal do Plenário, por se tratar de assunto de urgente necessidade e relevante interesse deste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.08.2004.

(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

Rubricas dos demais Deputados membros da CF,
que aprovam o presente parecer

A SRA. ELZA CORREA

Hoje é um dia de grande alegria. Quero cumprimentar os professores e dizer que me somo, solidarizo-me às reivindicações, e dizer que ficamos satisfeitos com a aprovação do projeto do Tribunal de Contas e do pessoal da Justiça.

Mas, gostaria de deixar consignado na Casa, que tanto para os funcionários da Assembléia como para o seu corpo legislativo, eu acho que muito especialmente para a Mesa Diretiva desta Casa é finalmente o dia chegado, após quase 20 anos de espera dos funcionários da Assembléia Legislativa, para que o seu Quadro de Pessoal, de Cargo e Salários pudesse vir à discussão. Evidentemente que, ao mesmo tempo que cumprimento os funcionários, cumprimento a Mesa, porque esta legislatura também fica registrada na história como aquela que finalmente entende que ao mesmo tempo que esta Assembléia discute por sucessivas vezes os interesses do funcionalismo público das mais diversas esferas, não poderia deixar de fora os nossos funcionários da Assembléia.

Então, manifesto minha grande satisfação por fazer parte desta legislatura, em que hoje três projetos de fundamental importância são aprovados por esta Casa.

Parabéns a todos!

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; quero inicialmente cumprimentar V. Exa. porque há questão de meses atrás eu, com toda vontade de ver o Plano de Cargos dos funcionários desta Casa, à qual nós temos o maior carinho, V. Exa. nos prometeu, naquele dia, que ainda este ano votaríamos este Plano. E, hoje, estamos votando, aqui, não só o Plano de Cargos desta Casa, mas também o do Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao mesmo tempo em que votamos, também, o dos professores do Estado do Paraná, ficando para trás somente o Plano de Cargos dos demais servidores da Educação.

Por isto, Sr. Presidente, os funcionários desta Casa, que há muitos anos aguardavam este posicionamento, agradecem, porque podem ter certeza de que, se nós fizemos bons projetos e conseguimos fazer um bom mandato, atrás de nós existem espetaculares servidores!

Por isto, em nome de todos os servidores, parabéns! E como dizia o caboclo lá do interior: V. Exa. cumpriu sua palavra.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Da mesma forma como o ilustre Deputado Jocelito Canto, quero também cumprimentar V. Exa. por ter cumprido com a palavra e realizar o grande sonho dos funcionários desta Casa, em ver aprovado o seu Plano e Cargos e Salários. Também quero cumprimentar os servidores do Tribunal de Justiça e também os funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Parabéns a V. Exa., que como disse o Jocelito, cumpriu sua palavra.

Todos nós estamos muito contentes neste momento, vivendo esta alegria contagiante dos funcionários!

Muito obrigado!

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Justiça feita, neste momento, com os funcionários da Assembléia Legislativa demonstra a capacidade do Presidente e da sua Mesa. Nós temos, não só orgulho de poder ajustar o que há tantos anos estávamos esperando aqui na Assembléia, mas também junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao Tribunal de Justiça, e tenho certeza, em todos os órgãos que sejam necessários, pela sua pessoa e pelos seus Pares aqui.

Parabéns à Assembléia!

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Não só como Vice-Presidente da Assembléia, fazendo parte da Mesa Executiva, mas também como integrante do Partido dos Trabalhadores, uma das plataformas que nortearam a formação de consenso em torno da Mesa Executiva, que inicialmente contou além dos membros presentes, Deputado Hermas Brandão, Deputado Nereu Moura, Presidente e 1º Secretário, com o Deputado Natálio Stica, hoje Líder do Governo, cumprem o compromisso de termos o Plano de Cargos e Salários para os servidores da Assembléia.

Portanto, é um dia marcante, emocionante. E ainda mais marcante e emocionante podermos tratar com zelo e carinho dos funcionários do Tribunal de Justiça, do Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Isto é histórico. É marcante. Parabéns, não só a esta Casa, mas aos servidores e servidoras que aqui dedicam anos de quase toda sua vida.

Parabéns! Que Deus os abençoe!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

Em nome da Bancada do PFL, Sr. Presidente, quero saudar a todos os servidores do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas; e também aos servidores deste Poder, neste momento tão importante e tão esperado por todos, aonde a Assembléia, por unanimidade, cumpre com o seu dever aprovando aqui esses projetos do Plano dos Servidores.

E também quero agradecer a todos os Deputados desta Casa que aprovaram a lei que concede o Título de

Cidadão Honorário ao Sr. Franke Dijkstra, que vindo da Holanda ajudou a desenvolver o plantio direto no Estado do Paraná, e divulgou esse plantio para o Brasil, para a América Latina e também para outros países de outros continentes. É uma pessoa altamente respeitada dentro dos Campos Gerais e no nosso Estado, por todos aqueles que vivem da agricultura e utilizam dessa técnica, que ele desenvolveu uma maneira para se produzir mais e ao mesmo tempo agir em parceria junto com o meio ambiente.

Obrigado, Sr. Presidente e a todos os Srs. Deputados.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Quero sugerir que nas próximas votações de Cidadania Honorária o Deputado proponente faça antes a apresentação da pessoa, porque, vejam, nós votamos em confiança à palavra do Deputado Plauto, mas muitos votaram num desconhecido.

Então, é muito mais de mérito que se faça o elogio da pessoa proposta antes da votação do que depois.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós vamos, nas próximas votações de Cidadania Honorária, atender ao que V. Exa. está solicitando.

Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para parabenizá-lo em nome de toda a Comissão Executiva, dizer do orgulho que o PPS tem de estar aqui nesta Casa neste momento votando o Plano desta Casa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, que para nós é uma alegria muito grande que esta data enfim possa ser comemorada por todos esses servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de colocarmos em votação, queremos dizer que nós tínhamos esses compromissos, Deputado Nereu, Deputado Cartário, Deputado André Vargas, todos membros da Mesa. Mas esta não é uma conquista só dos funcionários. Tenho certeza que é uma conquista de todo o Parlamento paranaense, que vamos realmente valorizar o funcionário que aqui trabalha, mas quero deixar mais uma vez, uma lembrança àqueles que não se dedicam tanto a esta Casa: nós vamos, como sempre falamos, dar o devido valor a esta Casa, porque não vamos admitir mais que os funcionários compareçam apenas alguns minutos e não se dediquem integralmente aos trabalhos desta Casa.

Vamos remunerar bem, mas vamos exigir também, com certeza!

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu queria saudar V. Exa. e os demais membros da Mesa, e lembrar também a esta Casa e aos funcionários que aqui estão, que esta Mesa Execu-

tiva tem feito um esforço muito grande para aperfeiçoar e melhorar esta Casa.

É assim que nós conseguimos, neste período, colocar computador em todos os Departamentos da Casa, procurando melhorar o ambiente de trabalho de todos os servidores. Assim que nós estamos concluindo o processo de informatização da Assembléia Legislativa, que era o antigo sonho de toda esta Casa, criando o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos nossos servidores; enfim, um conjunto de atitudes que esta Mesa Executiva tem adotado, inclusive cortando na própria carne, como foi o advento da venda dos veículos que serviam os gabinetes dos Deputados.

Portanto, quero aqui parabenizar V. Exa., que é o nosso Líder e a todos os companheiros que fazem parte da Mesa Executiva, como também aos nossos colegas Deputados de todos os Partidos que tem nos apoiado fortemente nas atitudes que temos tomado para melhorar a Assembléia Legislativa do Paraná para que ela possa sempre prestar um grande serviço ao povo do nosso Estado.

Parabéns aos nossos servidores e que a partir de agora com certeza cada dia mais terão motivos para comemorar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Item 17.

1ª Discussão do Projeto de Resolução nº -013/2004. **Aprovado por unanimidade dos Srs. Parlamentares.**

Sobre a Mesa, Requerimento nº 1415, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1417, 1419, 1452 a 1457, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1421, 1436 e 1464, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1424, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1428 a 1431, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1434, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1443, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1445, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1446, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1449 e 1450, de autoria do Deputado Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1459 e 1460, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1416, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Antonio Anibelli, queiram levantar-se.

Vinte e nove Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dez rejeitam.

Está aprovado o requerimento.

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, quero que registre minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado, Sr. Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nº 048/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 254, 298/2004; e do de Resolução nº 013/2004.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/2004.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/2004.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 266 e 300/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 703/2003; 032, 128 e 185/2004.

Levanta-se a Sessão.